

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PONTA DELGADA

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA

DE

29 DE JUNHO

ANO DE 2018

de
v. A.

ÍNDICE

| | |
|---|-----------|
| ANTES DA ORDEM DO DIA | 10 |
| ORDEM DO DIA..... | 15 |
| PONTO 1 – INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E A ATIVIDADE CAMARÁRIA | 15 |
| PONTO 2 – PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS..... | 33 |
| PONTO 3 – INFORMAÇÃO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO | 37 |
| PONTO 4 – 2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA, 2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA E 2ª REVISÃO AO PPI – PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 2018-2021 | 37 |
| PONTO 4.B – ELEIÇÃO PARA OS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PONTA DELGADA NO CONSELHO LOCAL DE EDUCAÇÃO | 39 |
| PONTO 4.C – ELEIÇÃO PARA OS REPRESENTANTES DAS JUNTAS DE FREGUESIA NO CONSELHO LOCAL DE EDUCAÇÃO | 39 |
| PONTO 4.D – ELEIÇÃO PARA OS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PONTA DELGADA NO CONSELHO CONSULTIVO DA UNIDADE DE SAÚDE DA ILHA DE SÃO MIGUEL | 40 |
| PONTO 6 – SMAS – PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA NOMEAÇÃO DO TITULAR DO CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU RESPONSÁVEL PELA DIVISÃO DE AMBIENTE E QUALIDADE | 41 |

| | |
|--|-----------|
| PONTO 7 – PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA UM LUGAR DE DIRETOR PARA O DEPARTAMENTO DA POLÍCIA MUNICIPAL..... | 42 |
| PONTO 8 – MINUTA DE PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE A CASA DOS AÇORES EM LISBOA E A CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA DELGADA | 43 |
| PONTO 9 – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – CONTRATO INTERADMINISTRATIVO – GRANDES FESTAS DO DIVINO ESPÍRITO SANTO DE PONTA DELGADA..... | 44 |
| PONTO 10 – REGULAMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DE PRÉMIOS DE MÉRITO ESCOLAR AOS ESTUDANTES DO ENSINO NÃO SUPERIOR DO CONCELHO DE PONTA DELGADA..... | 44 |
| ANEXOS | 47 |

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PONTA DELGADA

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE JUNHO DE 2018

Ao vigésimo nono dia do mês de abril do ano de dois mil e dezoito, reuniu, em sessão ordinária, nos termos do previsto no n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do n.º 1 do artigo 30.º e do n.º 1 do art.º 32.º do respetivo regimento, no Centro de Estudos Natália Correia, na freguesia da Fajã de Baixo, a Assembleia Municipal de Ponta Delgada, sob a presidência de Francisco Rêgo Costa, tendo Maria da Graça Aguiar da Silva Rego como primeira secretária e Humberto Marcelino Nunes Bettencourt como segundo secretário, para cumprimento da ordem de trabalhos constante da convocatória de 18 de junho.

De acordo com o estabelecido nos números 1 e 3 do artigo 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, encontravam-se presentes o Presidente da Câmara, José Manuel Cabral Dias Bolieiro, o Vice-Presidente da Câmara, Humberto Trindade Borges de Melo, e as Vereadoras e Vereadores Maria José Lemos Duarte; Alexandra Vitória Falcão Viveiros; Pedro Filipe Rodrigues Furtado; Vítor Manuel Ângelo de Fraga; Maria de Fátima Albergaria da Costa; Mário Lourenço Duarte Miranda e Pedro Jorge Oliveira Tavares, em substituição de Bruno Miguel Correia Pacheco.

O Sr. Presidente da Mesa endereçou cumprimentos a todos os presentes, pedindo em seguida à 1ª secretária que efetuasse a chamada e procedesse à respetiva contagem das presenças, sendo de relevar as seguintes faltas e substituições:

Faltas injustificadas: Duarte Manuel Luzia Carvalho (Presidente da Junta de Freguesia do Pilar da Bretanha); Nelson Manuel Borges Silva (Presidente da Junta de Freguesia de Santo António).

Substituições: João Carlos Arruda substituiu Carolina Ponte Bastos (PSD); Alexandre Maria Ferreira Pereira e Silva substituiu Rita Sofia Vieira da Mota (PS);

André Filipe Matos Carvalho substituiu José Carlos Gomes San-Bento de Sousa (PS); Carolina Carvalho Soares substituiu Nélia Moniz Vaz (PSD); Maria da Conceição Sousa Melo substituiu Maria de Fátima de Andrade Araújo Maiato (PSD); Gonçalo Almiro Matos Costa substituiu João Paulo Arruda Medeiros (PSD); Andreia Reis Farias substituiu Bruno Alexandre Machado Correia (Presidente da Junta de Freguesia da Ajuda da Bretanha); Sandra Paula Correia Cabral substituiu Eusébio Paulo Ferreira Massa (Presidente da Junta de Freguesia dos Arrifes); Pedro da Silva Machado substituiu António Luís Moniz dos Anjos (Presidente da Junta de Freguesia da Fajã de Baixo); Teresa Alexandra de Sousa Machado substituiu Manuel António Botelho Soares (Presidente da Junta de Freguesia do Livramento); Rodrigo Martinho substituiu André Filipe Machado Correia (Presidente da Junta de Freguesia dos Remédios); Carlos António Martins da Silva Medeiros substituiu António Espírito Santo de Medeiros Cabral (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Clara); Vitória Raposo substituiu José Manuel Resendes Leal (Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro); Ana Isabel Martins Couto Amaral substituiu Noémia Lima Ventura (Presidente da Junta de São Vicente Ferreira).

Ficou, assim, confirmada pela 1ª secretária da Mesa da Assembleia, a presença dos seguintes vogais e presidentes das juntas de freguesia:

VOGAIS:

| | |
|--|-----|
| Maria da Graça Carvalho da Silva Machado | PS |
| Luís Maurício Mendonça Santos | PSD |
| Álvaro António Gancho Borralho | PS |
| Maria da Conceição da Costa Arruda | PSD |
| Sónia Cristina Franco Nicolau | PS |
| Ricardo Alberto Madruga da Costa | PSD |
| Maria da Graça Aguiar da Silva Rego | PS |
| Cláudio Borges Almeida | PSD |
| Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César | PS |

| | |
|--|-----|
| João Carlos Arruda | PSD |
| Alexandre Maria Ferreira Pereira e Silva | PS |
| Carlos Jorge Linhares Estrela | PSD |
| André Filipe Matos Carvalho | PS |
| Daniel Martins Pavão | PSD |
| Nuno Miguel de Andrade Miranda | PS |
| Carolina Carvalho Soares | PSD |
| Teresa Maria Mano da Costa | PS |
| Gilberto Araújo Rodrigues | PSD |
| Luís Alberto de Sousa Cordeiro | PSD |
| André Manuel Pereira de Viveiros | PS |
| Maria da Conceição Sousa Melo | PSD |
| Raquel de Amaral Melo Medeiros de Vargas | PS |
| Vera Lúcia Pinheiro Pires | BE |
| Gonçalo Almiro Matos Costa | PSD |
| Humberto Marcelino Nunes Bettencourt | PS |
| João José Correia de Medeiros | PSD |

PRESIDENTES DAS JUNTAS DE FREGUESIA:

| | | |
|--------------------------------------|-------------------|-----|
| Andreia Reis Farias * | Ajuda da Bretanha | PS |
| Sandra Paula Correia Cabral * | Arrifes | PS |
| João Alberto Silva Pereira | Candelária | PS |
| Rui Alexandre Barbosa de Sousa | Capelas | PS |
| Mário Serafim da Silva Machado | Covoadá | PS |
| Pedro da Silva Machado ** | Fajã de Baixo | PS |
| José Augusto Inácio de Medeiros | Fajã de Cima | PSD |
| Victor Carlos de Arruda Almeida | Fenais da Luz | PSD |
| José Carlos da Silva Cabral | Feteiras | PS |
| Albano André Alves Raposo Pavão | Ginetes | PS |
| Teresa Alexandra de Sousa Machado ** | Livramento | PSD |

| | | |
|---|---------------------|-------|
| Carlos Manuel da Silva Cabral | Mosteiros | PSD |
| Pedro Miguel da Silva Melo | Relva | PSD |
| Rodrigo Martinho * | Remédios | PS |
| Tomás Daniel Bernardo Vultão | Santa Bárbara | PS |
| Carlos António Martins da Silva Medeiros ** | Santa Clara | MSCVN |
| José Pedro Oliveira Martins | São José | PSD |
| Vitória Raposo *** | São Pedro | PSD |
| Mariana Oliveira Matos ** | São Roque | PS |
| José Maria Pereira Rego | São Sebastião | PSD |
| Ana Isabel Martins Couto Amaral * | S. Vicente Ferreira | PSD |
| Cidália Maria Guido Medeiros Pavão | Sete Cidades | PS |

*Tesoureiro/tesoureira da Junta de Freguesia (em substituição do Presidente)

** Secretária da Junta de Freguesia (em substituição do Presidente)

*** Em substituição do Presidente

Após ter sido feita a chamada e a respetiva contagem das presenças, e por se ter verificado quórum, o Sr. Presidente da Mesa declarou aberta a sessão e deu início aos trabalhos, informando a Assembleia de que estava disponível para consulta de eventuais interessados o expediente recebido desde a última sessão, bem como documentação diversa de caráter informativo. Antes de declarar aberto o período para a abordagem dos assuntos de Antes da Ordem do Dia, o Presidente da Mesa da Assembleia comunicou ainda que, por lhe ter sido pedido, iria colocar à consideração e à votação, nos termos do n.º 5 do art.º 43.º do Regimento da Assembleia, o aditamento à Ordem do Dia, para discussão e votação, de quatro pontos, a serem inscritos de acordo com a sequência **4.B, 4.C, 4.D** e **10**. Colocado o pedido à votação, a Assembleia deliberou, por unanimidade, incluir os seguintes assuntos na agenda de trabalhos:

- **PONTO 4.B** – Eleição para os representantes da Assembleia Municipal de Ponta Delgada no Conselho Local de Educação;

- **PONTO 4.C** – Eleição para os representantes das juntas de freguesia de Ponta Delgada no Conselho Local de Educação;
- **PONTO 4.D** – Eleição para os representantes da Assembleia Municipal de Ponta Delgada no Conselho Consultivo da Unidade de Saúde da Ilha de São Miguel;
- **PONTO 10** – Regulamento para atribuição de prémios de mérito escolar aos estudantes do Ensino Não Superior do concelho de Ponta Delgada.

Colocou igualmente à consideração e votação, como tem sido prática, nos termos do nº 3 do art.º 57.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, plasmado no nº 4 do artigo 65.º do regimento da Assembleia Municipal, que a Ata correspondente a todos os pontos da Ordem do Dia a serem objeto de deliberação fosse aprovada em minuta a fim das respetivas deliberações produzirem eficácia imediata. Colocado este pedido à votação, a Assembleia deliberou, por unanimidade, que a Ata correspondente aos seguintes pontos fosse aprovada em minuta, para efeitos imediatos:

- **PONTO 4** – 2ª Revisão ao Orçamento da Receita, 2ª Revisão ao Orçamento da Despesa e 2ª Revisão ao PPI – Plano Plurianual de Investimentos 2018-2021;
- **PONTO 4.B** – Eleição para os representantes da Assembleia Municipal de Ponta Delgada no Conselho Local de Educação;
- **PONTO 4.C** – Eleição para os representantes das juntas de freguesia de Ponta Delgada no Conselho Local de Educação;
- **PONTO 4.D** – Eleição para os representantes da Assembleia Municipal de Ponta Delgada no Conselho Consultivo da Unidade de Saúde da Ilha de São Miguel;
- **PONTO 6** – SMAS – Proposta de Abertura de Procedimento Concursal para nomeação do titular do cargo de Direção Intermédia de 2.º Grau Responsável pela Divisão de Ambiente e Qualidade;

- **PONTO 7** – Procedimento Concursal para um lugar de Diretor para o Departamento da Polícia Municipal;
- **PONTO 8** – Minuta de Protocolo de Cooperação entre a Casa dos Açores em Lisboa e a Câmara Municipal de Ponta Delgada;
- **PONTO 9** – Delegação de Competências – Contrato Interadministrativo – Grandes Festas do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada;
- **PONTO 10** – Regulamento para atribuição de prémios de mérito escolar aos estudantes do Ensino Não Superior do concelho de Ponta Delgada.

O Sr. Presidente da Mesa colocou em seguida à votação a Ata da sessão ordinária da Assembleia de 26 de abril de 2018, tendo a mesma sido aprovada, por maioria, com a abstenção do Bloco de Esquerda e os votos favoráveis dos restantes membros da Assembleia. A abstenção do Bloco de Esquerda foi precedida de uma intervenção da Sra. Deputada Vera Pires, após pedir o uso da palavra para justificar essa intenção de voto, na qual deu conta de que identificara um erro na menção aos votos do Bloco de Esquerda nos pontos 5 e 6 da Ata, respetivamente "SMAS – Prestação de Contas referente ao ano de 2017" e "SMAS – 1ª Revisão ao Orçamento da Receita e da Despesa para 2018 e 1ª revisão ao PPI 2018-2021". Observou que estava referido na deliberação que o Bloco de Esquerda votara favoravelmente quando deveria estar referido que se absteria, e pediu que fosse feita a devida correção. Após verificação do texto das referidas deliberações, foi possível confirmar a existência de um lapso, quando se menciona que o Bloco de Esquerda votara a favor, tendo o mesmo já sido corrigido, conforme requerido, na redação da Ata que foi assinada e será divulgada com a devida retificação. Deverá ressaltar-se contudo que, contrariamente ao que foi observado pela Sra. Deputada Vera Pires, nas deliberações dos referidos pontos o sentido de voto do Bloco de Esquerda não foi a abstenção, uma vez que a Sra. Deputada não se encontrava presente na sala aquando das votações. Por esse motivo, na deliberação da Ata nos pontos aludidos ficou apenas registado o voto favorável do PSD e do Movimento Santa Clara Vida Nova e a abstenção do PS.

O ponto 5 do edital – Internalização da Cidade em Acção, EM, e Coliseu Micaelense, EM, foi retirado da agenda em virtude de ter sido incluído por lapso.

ANTES DA ORDEM DO DIA

Declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos representantes dos Grupos Municipais para a apresentação de votos e/ou recomendações, os quais se encontram em anexo à presente ata, bem como para outras intervenções de interesse municipal cujas matérias não se encontrassem incluídas na agenda de trabalhos.

Antes da apresentação de votos e recomendações, o Sr. Presidente da Câmara pediu para fazer uso da palavra no período de antes da Ordem do Dia, a título excepcional, para prestar um esclarecimento relacionado com as notícias vindas a público de que esteve em curso uma investigação da Polícia Judiciária no âmbito da qual estiveram presentes na Câmara Municipal alguns agentes. Adiantou, a este propósito, que houve inteira disponibilidade do Município para colaborar com as investigações, que estavam a ser realizadas em todo o país visando esclarecimentos relacionados com algumas empresas, já identificadas, na área do Desporto. Informou igualmente que os esclarecimentos prestados foram no sentido de dar conta de não haver qualquer contratação por parte da Câmara Municipal de Ponta Delgada com as referidas empresas, tendo sido ainda disponibilizada aos inspetores toda a informação pretendida.

Seguiu-se a apresentação dos votos e recomendações.

O 1.º voto, apresentado pelo Grupo Municipal do PSD através do Sr. Deputado Ricardo Costa, foi um voto de pesar relativo ao falecimento de José da Costa

Franco. O Grupo Municipal do PS, através do Sr. Deputado André Carvalho, associou-se a este voto.

Colocado à votação, o voto de pesar pelo falecimento de José da Costa Franco foi aprovado, por unanimidade, com a recomendação de que do mesmo fosse dado conhecimento à sua família.

O 2.º voto, apresentado pelo Grupo Municipal do PS através da Sra. Deputada Graça Machado, foi um voto de congratulação ao Clube de Actividades Gímnicas de Ponta Delgada pelos êxitos alcançados. O Grupo Municipal do PSD, através do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Relva, Pedro Melo, associou-se a este voto.

Colocado à votação o voto de congratulação ao Clube de Actividades Gímnicas de Ponta Delgada foi aprovado, por unanimidade, com a recomendação de que do mesmo fosse dado conhecimento ao clube.

O 3.º voto, apresentado pelo Grupo Municipal do PSD através do Sr. Deputado Cláudio Almeida, foi um voto de congratulação à equipa de futebol do Clube Desportivo de Santa Clara, pela subida à I Liga de Futebol no final da época desportiva 2017/2018.

Colocado à votação, o voto de congratulação à equipa de futebol do Clube Desportivo de Santa Clara foi aprovado, por unanimidade, com a recomendação de que do mesmo fosse dado conhecimento à Direção do clube, ao Presidente da Assembleia Geral, à equipa técnica e aos seus jogadores.

O 4.º voto, apresentado pelo Grupo Municipal do PS através do Sr. Deputado Francisco César, foi igualmente um voto de congratulação à equipa de futebol do Clube Desportivo de Santa Clara pela promoção à I Liga de Futebol.

Colocado à votação, o voto de congratulação à equipa de Futebol do Clube Desportivo de Santa Clara foi aprovado, por unanimidade, com a recomendação de que do mesmo fosse dado conhecimento ao clube, à Santa Clara SAD, à Fundação Campo Açores e aos seus atletas e dirigentes.

O 5.º voto, apresentado pelo Grupo Municipal do PSD através do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São José, Miguel Oliveira, foi um voto de congratulação ao Clube União Sportiva pelo mérito desportivo alcançado e pela ação relevante na promoção do desporto no concelho.

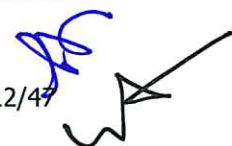
Colocado à votação, o voto de congratulação ao Clube União Sportiva foi aprovado, por unanimidade, com a recomendação de que do mesmo fosse dado conhecimento público.

O 6.º voto, apresentado pelo Grupo Municipal do PS através do Sr. Deputado André Carvalho, foi igualmente um voto de congratulação ao Clube União Sportiva, pelo seu percurso e vasto palmarés no basquetebol, e em especial pelo relevante contributo para a afirmação e prestígio de Ponta Delgada.

Colocado à votação, o voto de congratulação ao Clube União Sportiva foi aprovado, por unanimidade, com a recomendação de que do mesmo fosse dado conhecimento ao Clube.

O 7.º voto, apresentado pelo Grupo Municipal do PS através da Sra. Deputada Teresa Mano, foi um voto de congratulação ao Águia Clube Desportivo, dos Arrifes, pelo desempenho desportivo refletido no seu longo palmarés. O Grupo Municipal do PSD, através do Sr. Deputado Carlos Linhares Estrela, associou-se a este voto.

Colocado à votação, o voto de congratulação ao Águia Clube Desportivo foi aprovado, por unanimidade, com a recomendação de que do mesmo fosse dado



conhecimento à Junta de Freguesia, à Assembleia de Freguesia e à Casa do Povo dos Arrifes.

O 8.º voto, apresentado pelo Grupo Municipal do PS através do Sr. Deputado André Viveiros, foi um voto de congratulação pelas comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas. O Grupo Municipal do PSD, através do Sr. Deputado Ricardo Costa, associou-se a este voto, sublinhando o reconhecimento ao Município de Ponta Delgada pelo apoio a este evento, com a nota de que foi uma honra que as comemorações tivessem ocorrido em Ponta Delgada e da forma como decorreram.

Colocado à votação, o voto de congratulação pelas comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas foi aprovado, por maioria, com um voto individual contra e os votos a favor da restante Assembleia, com a recomendação de que do mesmo fosse dado conhecimento ao Sr. Presidente da República, ao Sr. Presidente da Assembleia da República, ao Sr. Primeiro-ministro, à Sra. Presidente da Assembleia Legislativa Regional e ao Sr. Presidente do Governo Regional.

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia abriu em seguida as inscrições para quem quisesse trazer ao conhecimento da Assembleia, ou a debate, assuntos que considerassem relevantes para o Município de Ponta Delgada, por não se ter esgotado ainda o tempo regimental previsto para este período.

Pedi em primeiro lugar para intervir o Sr. Deputado Luís Maurício para tecer algumas considerações, em nome do Grupo Municipal do PSD, sobre o Clube de Atividades Gímnicas de Ponta Delgada, ou Ginásio Corpore, e sobre o que tem sido a sua atividade, no seguimento dos votos de congratulação conjuntos aprovados: lembrou que é um clube com mais de 25 anos de existência, composto na íntegra por atletas açorianos e que tem sido uma escola de formação não só desportiva, como de pessoas, com um conjunto assinalável de êxitos. Por essa razão, defendeu

a posição de que está na hora de, a par da cedência de um terreno de cerca de 8.000 m² já efetuada por parte do Município de Ponta Delgada para construção da sua sede, a Região proceda da mesma forma, na devida proporção, a exemplo do que já fez noutras paragens, como o Centro de treino de Judo em São Jorge – um centro de alta competição preparado para receber estágios de outras comitativas e assim dinamizar a economia local. Como cidadão de Ponta Delgada e membro da Assembleia Municipal, e reconhecendo todo o histórico de atividades já desenvolvidas pelo clube ao longo de mais de 25 anos, disse não aceitar que a construção da nova sede seja financiada pelas entidades regionais apenas em 60%, sendo seu entendimento que são responsabilidades da Assembleia Municipal fazer chegar ao sítio próprio as suas preocupações. Recomendou por isso a que se faça um apelo no sentido do Governo Regional assegurar o financiamento da construção da nova sede do Clube de Actividades Gímnicas de Ponta Delgada a 100%, a exemplo do que fez no já citado caso de São Jorge, obviando-se ao mesmo tempo o risco do clube se ver forçado a devolver o terreno à autarquia pelo facto de no tempo legal não ter conseguido levar a cabo a construção da sede.

Esgotado o tempo regimental para o período de Antes da Ordem do Dia, o Sr. Presidente da Mesa deu início à discussão, debate e votação dos assuntos agendados.

ORDEM DO DIA

PONTO 1 – INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E A ATIVIDADE CAMARÁRIA

Antes de iniciar a abordagem da situação financeira e da atividade camarária, o Sr. Presidente da Câmara começou por fazer a entrega ao Sr. Presidente da Assembleia dos cartões de eleito local, no seguimento da recomendação do Sr. Deputado Álvaro Borralho, devidamente corrigido o problema anteriormente detetado, a fim de os mesmos serem posteriormente entregues aos respetivos titulares. Quanto à informação sobre a situação financeira, e cingindo-se aos movimentos contabilísticos verificados até 22 de junho, fez apenas uma descrição sucinta, tendo em conta a disponibilização prévia da mesma.

Destacou o saldo de 10.564.833,56 euros, que se traduz num valor positivo de 2.335.818,33 euros, feito o apuramento da diferença entre as receitas e as despesas correntes, e num valor negativo de 755.002,99 euros, quando apurada a diferença entre as receitas e despesas de capital. Face ao saldo de gerência anterior, há a registar um valor positivo de 9.4000.068,22 euros. No ano em curso, prosseguiu, e até 22 de junho, foram efetuadas amortizações de empréstimos no montante de 819.954,30 euros e pagos os correspondentes juros no valor de 32.211,80 euros. No que diz respeito à regra do equilíbrio orçamental, em conformidade com o disposto na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a execução orçamental corresponde ao seu efetivo cumprimento à data em apreço.

Fazendo uma síntese da atividade camarária, como tem sido praxis, passou a dar nota de um conjunto de iniciativas, eventos e atividades, relativos ao período que decorreu desde a última sessão da Assembleia até à presente:

- A conclusão, em abril, dos encontros de participação relativos à V edição do Orçamento Participativo, por referência a 2019. Informou que foram realizados 10



encontros abrangendo as 24 freguesias do concelho, os quais contaram com a presença de 243 pessoas, tendo passado para análise técnica 30 propostas;

- A ação de recolha de resíduos, realizada em abril, na Praia das Milícias, com base numa iniciativa enquadrada no programa da Bandeira Azul, com o objetivo de alertar a população para o problema dos resíduos nas praias;

- A realização de um conjunto de atividades, no âmbito das Comemorações do Dia Mundial da Dança, nas Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico, entre 30 de abril e 18 de maio, que permitiram a mais de 130 crianças das diferentes freguesias aprenderem a dançar com as professoras Ana Cymbron e Milagres Paz;

- A recolha de vestuário e calçado no âmbito da iniciativa "Ajudem-nos a ajudar", efetuada pela Casa dos Manaias durante o mês de maio, com o objetivo de apoiar os utentes daquela casa;

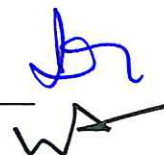
- A realização da 23ª Supertaça escolar, organizada pelo Laranjeiras Clube, no pavilhão gimnodesportivo da Escola das Laranjeiras, no âmbito do programa de apoio da Câmara Municipal de Ponta Delgada, e que registou o maior número de presenças de sempre: cerca de 560 participantes, entre alunos e professores;

- A celebração das Grandes Festas do Sr. Santo Cristo dos Milagres, relativamente à qual realçou o aumento do apoio à Irmandade do Senhor Santo Cristo, cifrando-se esse apoio em 2018 no montante de 40 mil euros, para além da logística que é assegurada pela Câmara Municipal como apoio à realização das festas;

- No âmbito da celebração do Feriado Municipal, a entrega da medalha de ouro do Município à Irmandade do Senhor Santo Cristo, pelos seus mais de 250 anos de existência, em reconhecimento do trabalho realizado e do seu empenho;



- A assinatura dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo com 86 clubes e associações do concelho, num montante global superior a 230 mil euros;
- O acompanhamento da requalificação da ligação litoral de Santa Clara à Relva, orçada no valor de 2.100 mil euros, sobre a qual deu nota de se tratar de uma obra muito complexa, que foi conhecendo algumas dificuldades inesperadas que estão a ser apuradas sob o ponto de vista técnico no sentido serem ultrapassadas e de se manter e até reforçar a qualidade da intervenção;
- A oportunidade que teve de manifestar publicamente uma preocupação e uma reflexão que importa fazer relativamente à Zona Industrial dos Valados, enquanto local de relevante interesse para o setor empresarial, assumindo como prioridade a melhoria das condições, bem como um possível reforço da parceria entre o município e os empresários;
- No âmbito do Bem-estar animal, a esterilização gratuita, com identificação, vacinação e desparasitação de cerca de 200 canídeos e felinos nos bairros sociais do concelho, numa ação concertada com a associação protetora de animais "Tierhilfe Angel da Relva" e com a clínica veterinária de Vila Franca do Campo;
- Numa parceria com a Confraria dos Gastrónomos dos Açores, a celebração do Dia Nacional de Gastronomia Portuguesa, com iniciativas de sensibilização, quer no Mercado da Graça quer no Campo de São Francisco, e ainda em colaboração com a Zona Militar dos Açores e a Junta de Freguesia de São José;
- A participação nas festas do Município de Alenquer, fruto de uma parceria celebrada com esta autarquia, a qual marcará igualmente presença nas Grandes Festas do Divino Espírito Santo, em Ponta Delgada, destacando-se a exposição de fotografia "O Divino em Objetiva – 2017", através da Associação dos Fotógrafos Amadores dos Açores, e ainda a presença de uma folia composta por elementos das freguesias da costa Norte do concelho;



- A cooperação Eco-tur, com a sua 6ª reunião, realizada em Cabo Verde, que contou com uma representação do Município de Ponta Delgada;
- O reconhecimento do mérito desportivo, já referido nos votos de congratulação, que foi assegurado por iniciativa do executivo camarário com uma receção no Salão Nobre;
- A celebração do Dia Mundial da Criança, no dia 1 de junho, no Campo de São Francisco, com a participação de mais de 3.000 crianças;
- As comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas em Ponta Delgada, tal como foi reconhecido e identificado no voto de congratulação apresentado pelo PS, e aprovado por unanimidade, abstendo-se por isso de fazer uma alusão muito pormenorizada, mas acrescentando apenas que recebeu já por escrito várias missivas da Presidência da República e das Forças Armadas a congratular-se e a agradecer à Câmara de Ponta Delgada a colaboração prestada;
- A apresentação pública do projeto Urbanismo Online, na sequência da modernização tecnológica assegurada pela área de modernização administrativa da autarquia e pela área de licenciamento das Obras Particulares – um sistema inovador que aposta na transparência e na celeridade e acompanhamento dos processos de licenciamento pelos próprios interessados e requerentes, que foi muito bem acolhido e que coloca Ponta Delgada na dianteira enquanto entidade licenciadora no âmbito da administração aberta e próxima;
- A ação de sensibilização ambiental, no âmbito do programa “Agir para prevenir”, que abrangeu as escolas básicas, secundárias e profissionais de Ponta Delgada, para potenciar práticas de separação de resíduos nos estabelecimentos de ensino, com entrega dos certificados a 12 escolas;

- O Programa das Noites de Verão, que já está em curso, e que continua a animar o centro histórico de Ponta Delgada;
- A visita programada às juntas de freguesia, que está a decorrer muito bem, aproveitando para saudar todas as freguesias que já foram visitadas e elogiando a cortesia no acolhimento e a disponibilidade para a cooperação. Informou que já estão reunidas as condições para a implementação do projeto PDL proximidade, de forma gradual, através da disponibilização do equipamento informático e da formação necessária nas próximas freguesias a visitar.

Após a apresentação efetuada pelo Sr. presidente da Câmara, pediu em primeiro lugar a palavra a Sra. Deputada Vera Pires, para dar nota de que o Bloco de Esquerda continua à espera de uma resposta escrita a dois requerimentos que foram apresentados no final do mês de abril: um a propósito dos vínculos precários na Câmara Municipal e outro relacionado com os projetos urbanísticos da Calheta Pêro de Teive, os quais foram reforçados no início de junho e que ainda não tiveram resposta, apesar de ter sido comunicado no início da sessão que há documentação disponível sobre esta matéria para consulta. Na sua perspetiva, o facto de haver informação disponível não anula o dever de ser dada resposta escrita ao que foi legitimamente solicitado. Aproveitou para insistir em dois assuntos que considera importantes e que continuam igualmente sem resposta: o ponto de situação sobre a utilização de métodos alternativos ao uso de glifosato pelos serviços municipais e sobre os resíduos provenientes dos navios de cruzeiro. Lembrou que para estas duas questões o próprio Sr. Presidente da Câmara, na Assembleia Municipal de dezembro e novamente na sessão de abril, se comprometeu a fazer chegar por escrito a informação. No caso dos resíduos dos navios de cruzeiro, a informação que a MUSAMI já teria prestado publicamente, e no caso do glifosato, o estudo que supostamente continua a ser efetuado e cujos desenvolvimentos não foram comunicados, ao contrário do que fora prometido. Para o Bloco de Esquerda, prosseguiu, a transparência, a eficácia e a proximidade são questões essenciais na relação entre a autarquia e os munícipes, mas para além dos rankings, em que reconhece a existência de bons indicadores, estes fatores



medem-se também na relação diária entre os serviços da autarquia e os munícipes. E a comprovar que esse princípio não está a ser seguido, citou o exemplo de uma exposição de que teve conhecimento, feita por um munícipe através da respetiva junta de freguesia, cuja resposta por parte da Câmara só foi dada um ano e três meses depois, um prazo que considera excessivamente longo, inaceitável e inexplicável.

Pedi em seguida para usar da palavra o Sr. Deputado André Carvalho, para fazer uma observação sobre o Conselho Municipal de Juventude (CMJ), que esteve reunido pela última vez em 2016, e antes, só no final de 2013. Disse considerar manifestamente pouco que em cinco anos o CMJ se tenha reunido apenas duas vezes. Perguntou, por isso, ao Sr. Presidente da Câmara, se está previsto para breve uma reunião do CMJ ou se está previsto que o CMJ tenha um agendamento definido de reuniões para o mandato. São questões que, na sua aceção, fazem algum sentido para ser dada a este órgão a importância que merece.

Na intervenção seguinte, o Sr. Deputado Nuno Miranda disse que tinha três reparos a fazer: primeiro, sobre o incumprimento do regulamento de cargas e descargas no centro histórico de Ponta Delgada. Numa altura em que se aproxima o verão, há impactos significativos no tráfego nalgumas vias, por exemplo na Rua Hintze Ribeiro, na Rua dos Mercadores ou Rua António José de Almeida, para os quais urge uma medida adequada. Em segundo lugar, sobre as condições da Zona Industrial dos Valados, que na sua perspetiva teve um grande entrave ao seu desenvolvimento com a construção da Azores Parque. Lembrou que há licenciamentos de armazéns por concluir, tal como infraestruturas, o que levou já a desistências por parte de alguns empresários. Em terceiro lugar, sobre os novos equipamentos informáticos a serem distribuídos no âmbito do programa PDL Proximidade às próximas freguesias a visitar. Sugeriu que seja feita uma análise das freguesias que necessitam mais, por exemplo as que estão mais afastadas dos centros de decisão, ao invés de fazer a entrega segundo o critério de serem as próximas freguesias a visitar.

O Sr. Deputado Álvaro Borralho interveio em seguida, primeiro para expressar a sua congratulação pelo facto de a sessão estar a decorrer no Centro de Estudos Natália Correia. Para além da qualidade das instalações, relevou a importância da descentralização da Assembleia Municipal e admitiu ser uma boa ideia estender essa descentralização a outros locais do concelho em articulação com as juntas de freguesia. Depois, numa abordagem à iniciativa Bandeira Azul a que foi feita alusão na intervenção do Sr. Presidente da Câmara, colocou a questão sobre se a Câmara de Ponta Delgada pensou ou pensa numa estratégia no sentido de dotar as praias do concelho, sobretudo as que são mais procuradas, de melhor capacidade de oferta turística. Lembrou o problema dos horários dos nadadores-salvadores, que nas praias do concelho decorre até às 18.30 horas, quando nas zonas balneares do Continente se estende até às 20.00 horas, e que este é um problema tanto para os visitantes como para os residentes, agravado pela circunstância de que com a saída dos nadadores-salvadores às 18.30 horas toda a informação aos banhistas ser retirada. Sugeriu que essa situação fosse repensada, até porque, insistiu, o concelho é cada vez mais procurado turisticamente e esta seria uma forma de melhorar a oferta em termos de turismo de praia.

Após as primeiras intervenções o Sr. Presidente da Câmara fez uso da palavra para responder aos pedidos de esclarecimentos e às questões que foram levantadas.

Dirigindo-se à Sra. Deputada Vera Pires, observou que nem todos os pontos objeto de reparo na sua intervenção tinham o mesmo grau de fundamento, uma vez que nalgumas das situações a única reclamação a fazer seria que a informação chegou atrasada. Feita esta nota prévia, informou que os serviços já tinham feito chegar à Mesa da Assembleia Municipal através de um ofício a resposta ao requerimento relativo à regularização dos vínculos precários, informação essa que iria ser entregue pela Mesa da Assembleia à Sra. Deputada. Igualmente quanto ao projeto de reestruturação da Zona Comercial de Pêro de Teive, disse que já foi entregue pelos serviços à Mesa da Assembleia a resposta ao respetivo requerimento.



Relativamente à situação dos resíduos provenientes de navios de cruzeiro, mencionou a existência de uma informação sobre o ponto de situação da matéria, ressaltando que essa ainda não era a informação definitiva, e que por isso não tinha sido ainda enviada, mas que a iria disponibilizar. Nessa informação, esclareceu, antes de a entregar à Mesa da Assembleia, é dada nota do progresso das diligências efetuadas no sentido de obter da parte da empresa Portos dos Açores informação regular sobre a situação, para conhecimento dos órgãos municipais. Relativamente à questão das alternativas ao uso do glifosato, disse que também não havia ainda dados definitivos, mas que iria igualmente fazer chegar a informação pretendida sobre o desenvolvimento do processo.

Em resposta às questões colocadas pelo Sr. Deputado André Carvalho sobre o Conselho Municipal de Juventude, reconheceu a lacuna, admitindo ser importante proceder à instalação deste órgão rapidamente, bem como ao agendamento do seu funcionamento, pelo que esse encargo, garantiu, ficará renovado com o alerta do Sr. Deputado, cuja pertinência e legitimidade também reconheceu.

Respondendo aos reparos feitos pelo Sr. Deputado Nuno Miranda, esclareceu, relativamente ao incumprimento do regulamento de cargas e descargas, que se trata de uma infração cometida pelos utilizadores e não pela Câmara Municipal, sendo uma questão do foro policial. Sublinhou que não é uma tarefa fácil, apesar de terem sido dadas indicações à Polícia Municipal para ir intervindo sempre que possível. Também aludiu a uma possível solução logística para o problema, a qual passa pela colocação de pilaretes, mas pelo facto de se encontrarem danificados e a serem objeto de reparação, essa é uma solução que não pode ser utilizada de imediato. Relativamente às condições da Zona Industrial dos Valados, disse que essa era uma preocupação comum, relativizando o juízo formulado pelo Sr. Deputado sobre circunstâncias históricas, mas que existe neste momento uma dificuldade suplementar: o proprietário, loteador do projeto em causa, está insolvente, havendo um processo judicial em curso que vem trazer dificuldades acrescidas ao licenciamento do que está inacabado. Por essa razão, defende que é

pertinente fazer uma reflexão sobre o interesse público municipal, admitindo a possibilidade, ainda assim, de assegurar uma parceria com os empresários e assumir a própria Câmara a força de intervenção no que diz respeito à melhoria das condições de funcionamento de uma infraestrutura que deveria ter passado já para o domínio público municipal e que não o foi exatamente pelo facto do processo estar incompleto. Sobre a proposta relativa ao programa PDL Proximidade no sentido de haver critérios diferentes para a distribuição dos equipamentos informáticos, reconheceu que é uma posição pertinente que poderá ser acolhida e refletida, adiantando no entanto a informação de que há expectativas da chegada do restante material em breve para se assegurar a cobertura integral do programa PDL Proximidade quanto à sua distribuição.

Sobre a intervenção do Sr. Deputado Álvaro Borralho, registou, em primeiro lugar, com satisfação, a concordância quanto à oportunidade de se ter feito a descentralização da Assembleia Municipal, corroborando a constatação de que as instalações são suficientes e dignas para o seu funcionamento. Lembrou que não é a primeira vez que a Assembleia reúne nesta sala e explicou que a necessidade de se recorrer a este espaço se deve ao facto do Salão Nobre dos Paços do Concelho estar neste momento a ser preparado como quarto do Divino Espírito Santo por ocasião das Festas. Também anotou com aceitação e concordância que o potencial das zonas balneares do concelho sob o ponto de vista de atração turística é crescente e que é importante trabalhar esse potencial, num sentido estratégico não apenas municipal mas também regional. Lembrou que existem muitas zonas balneares no concelho que podem e devem ser melhoradas e valorizadas, por exemplo no aspeto referido da presença dos nadadores-salvadores e respetivos horários, embora seja necessário fazer uma articulação com a avaliação financeira dos custos inerentes às opções a tomar. Aproveitou a ocasião para lembrar a existência de zonas balneares no concelho com um potencial que as distingue a nível mundial e que não estão a ser aproveitadas, como por exemplo a Ferraria, na freguesia dos Ginetes, que é uma zona balnear da responsabilidade do Governo Regional.



O Sr. Deputado Nuno Miranda pediu novamente a palavra para exercer o direito de réplica, primeiro, sobre a questão relativa aos pilaretes, para dizer que duvida que os mesmos estejam para arranjar há seis meses, que é o tempo em que essa situação já se verifica, quer na Rua Hintze Ribeiro, quer na Rua António José de Almeida. Em relação ao processo da Zona Industrial dos Valados, para sublinhar que já existiam tentativas de processos de legalização em anteriores mandatos camarários, quando o Sr. Presidente fazia parte do executivo como Vice-presidente e ainda não se colocava o problema da insolvência e para perguntar, por esse motivo, por que razão foi necessário esperar por 2018 para o problema dos Valados vir à colação.

Também pediu para intervir novamente a Sra. Deputada Sónia Nicolau, para chamar a atenção, retomando o assunto das zonas balneares, dada a importância que estas zonas têm para o concelho e para toda a Região no contexto do incremento do turismo, para além do referido problema dos horários, para o acesso ao Forno da Cal – uma zona balnear que foi construída pela autarquia de Ponta Delgada e que se mantém sob a sua responsabilidade. Criticou a situação, que considera inadmissível, desta zona balnear se manter encerrada durante todo o outono, primavera e 1ª quinzena do verão. Por essa razão perguntou, neste caso concreto, para quando uma estratégia que preveja a abertura durante todo o ano, a permanência de nadadores-salvadores pelo menos desde o início de junho e a possibilidade de acesso à Forno da Cal sem ter que se contornar por cima do apoio da própria muralha. Também pediu alguns esclarecimentos sobre o Centro de Recolha Oficial de Animais de Ponta Delgada, no seguimento das respostas dadas pelo Sr. Presidente na última sessão sobre esta matéria a perguntas sobre o assunto. Disse que teve conhecimento, por fontes externas, que havia um projeto de voluntariado designado “patinhas adotadas ao sábado”, e que esse processo não terá tido desenvolvimento por falta de colaboração da Câmara Municipal. Perguntou qual o ponto de situação deste processo, o que é que se passou, e porque é que o projeto não se concretizou. Colocou uma terceira questão, relativamente ao Coliseu

Micaelense, designadamente sobre a agenda cultural para o 2.º semestre de 2018. Disse que considera o funcionamento do Coliseu Micaelense, apesar das transferências financeiras da autarquia, de um vazio operacional e de uma pobreza terrível, salvaguardando o respeito que merecem todas as pessoas e artistas que por lá passaram. Também perguntou, relativamente ao problema da Zona Industrial dos Valados, o que é que vai ser feito para melhorar as condições daquela zona, na relação com os empresários, nomeadamente das ruas que estão por recuperar. Sobre o programa de cooperação Eco-tur, perguntou quais são os objetivos e a mais-valia estratégica para a autarquia de Ponta Delgada, e o que é que justificou a deslocação da representante de Ponta Delgada à reunião do Eco-tur em Cabo Verde. Abordou ainda o tema da inovação tecnológica no âmbito do licenciamento *online*, para criticar o que constata ser a inexistência no sítio da Internet da Câmara Municipal dessa possibilidade, defendendo que o conceito de novas tecnologias vai muito para além de enviar um *e-mail*, o que está longe de ser um processo fácil, rápido e transparente e de integração de sistemas de informação, como é anunciado. Em relação às visitas às juntas de freguesia, perguntou quais foram os compromissos já assumidos no âmbito dessas visitas e qual a calendarização para a concretização desses compromissos. A terminar, perguntou quando será disponibilizado um calendário para a retirada do amianto das escolas do 1.º ciclo do concelho de Ponta Delgada.

O Sr. Presidente da Câmara usou novamente da palavra para responder às intervenções precedentes.



Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Nuno Miranda, apesar de considerar que teve um caráter meramente opinativo num contexto da réplica, desmentiu a referência à falta de pilaretes na Rua Hintze Ribeiro, embora em relação aos outros casos admita que é preciso pensar na possibilidade de pilaretes como forma de impedir cargas e descargas fora do horário estipulado, assegurando que o assunto merecerá ainda assim a atenção da parte da Câmara Municipal. Respondendo à abordagem, que considerou ser igualmente replicativa, sobre o problema da Zona

Industrial dos Valados, disse que se tratava de um problema de legalidade, e que o que a Câmara faz é cumprir essa legalidade, sendo que uma parte da inércia depende da falta de condições do loteador e não da entidade licenciadora.

Em resposta à intervenção da Sra. Deputada Sónia Nicolau, relativamente às preocupações genéricas que manifestou sobre as zonas balneares reconheceu haver um acordo geral de que é preciso fazer aperfeiçoamentos, tendo em conta a crescente procura destas zonas, mas alertou para a necessidade de serem avaliados os meios financeiros e logísticos para ser dada resposta às expectativas dos seus frequentadores. Assegurou que essa é a orientação seguida no âmbito das zonas balneares da responsabilidade do Município, e para que a questão ficasse mais esclarecida, nomeadamente com informação complementar sobre o esforço que tem sido feito até ao momento nesse sentido por parte da autarquia, pediu ao Sr. Presidente da Mesa para dar depois a palavra ao Sr. Vereador Pedro Furtado. Quanto às questões colocadas sobre Canil Municipal, designadamente sobre o desenvolvimento do referido projeto de voluntariado, que disse desconhecer, pediu igualmente para que fosse dada a palavra à Sra. Vereadora Maria José Duarte a fim de serem prestados os esclarecimentos pretendidos, mas adiantou que a Câmara, no âmbito do Orçamento Participativo, se propõe, através de obras de qualificação no âmbito do conforto e do bem-estar animal, assegurar naquele espaço condições para passeio e acompanhamento dos animais, nem como dar continuidade ao programa de esterilização a que já fez referência. Em relação à agenda cultural do Coliseu para o 2.º semestre de 2018, prometeu remeter a questão para o Conselho de Administração, uma vez que desconhece o que está planeado por parte da empresa. Relativamente ao programa de cooperação Eco-tur, em cuja reunião, realizada em Cabo Verde, a Sra. Vereadora Maria José Duarte participou em representação do Município, pediu igualmente ao Sr. Presidente da Mesa da Assembleia para lhe dar a palavra a fim de prestar mais informações. Sobre o calendário da retirada do amianto das escolas, sublinhou que a Câmara de Ponta Delgada está a cumprir o que está previsto na legislação, tal como tem feito ao longo dos anos, assegurando uma intervenção progressiva tal como consta da Carta

Escolar da autarquia. Finalmente, por referência às críticas dirigidas à inovação tecnológica em termos de licenciamento *online*, refutou as acusações de que existe um vazio nessa matéria, observando que não se trata de uma gestão de *e-mails* mas sim de uma relação direta e de um acompanhamento dos processos por parte do requerente, quer na fase de submissão dos requerimentos quer na fase de tramitação dos processos, bastando apenas fazer o respetivo registo, e esclareceu que a informação e o acesso estão disponíveis *online*, ao contrário do que a Sra. Deputada afirmara.

O Sr. Vereador Pedro Furtado usou em seguida da palavra para prestar informação mais detalhada relativamente às questões suscitadas nas duas intervenções sobre o assunto das zonas balneares, uma por parte do Sr. Deputado Álvaro Borralho e outra por parte da Sra. Deputada Sónia Nicolau, nomeadamente quanto ao problema da presença de nadadores-salvadores e, no caso do Forno da Cal, o acesso e a utilização dos balneários. Para contextualizar o problema lembrou que neste momento há seis zonas balneares vigiadas no concelho: Milícias, Pópulo, São Vicente Ferreira, Mosteiros (Poços e Praia), e Forno da Cal. A época balnear decorre de 1 de junho a 30 de setembro e nas praias das Milícias, Pópulo e São Vicente a vigilância de nadadores-salvadores é assegurada de 10 de junho a 15 de setembro, enquanto nas restantes o é de 1 de julho a 31 de agosto. Acrescentou que o problema que se coloca com este formato de funcionamento é de ordem financeira, uma vez que o facto de haver um concurso público vigente com um prazo de três anos tem condicionamentos inerentes. Esclareceu que o concurso foi lançado em 2016 e que portanto só no final da época balnear de 2018 haverá condições para fazer alterações, num novo concurso e a partir de uma nova negociação sobre o calendário da vigilância e sobre os horários, e eventualmente com um reforço de verbas para corresponder às necessidades e expectativas das populações. Sobre o concurso que está atualmente em vigor, e que foi adjudicado à Associação de Nadadores Salvadores dos Açores (ANSA), adiantou que os montantes contemplados no caderno de encargos ascendem a cerca de 113 mil euros anuais, num total e 339.100 euros, e que está definido nesse caderno de encargos o

horário de permanência de nadadores-salvadores das 9.30 horas às 18.30 horas, à exceção do Forno da Cal, cujo horário é das 10.00 horas às 19.00 horas. Relativamente à questão dos balneários, deu nota de que são equipamentos que requerem a presença permanente de funcionários devido ao risco de atos de vandalismo e da conseqüente degradação das instalações, o que constitui um condicionamento devido aos encargos que essa medida comporta. Adiantou que no âmbito das suas competências está a equacionar a possibilidade de recorrer à colaboração das juntas de freguesia através dos contratos interadministrativos, mediante a atribuição de um envelope financeiro para o efeito mediante a delegação de competências com as que têm zonas balneares, indo deste modo ao encontro do que está estipulado na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro no que se refere às competências das juntas de freguesia neste domínio.

Em seguida, a Sra. Vereadora Maria José Duarte usou da palavra, tal como lhe havia sido concedido, para prestar esclarecimentos adicionais relativos ao Centro de Recolha Oficial de Animais. A Sra. Vereadora começou por explicar que a Câmara Municipal foi contactada no sentido de acolher um projeto para a abertura do canil ao sábado, durante duas horas – das 10.00 horas às 12.00 horas, unicamente para adoções. A Câmara aceitou o projeto e avançou com um mês experimental, com início a 26 de maio, para aferir a receptividade da população e o nível de adesão ao projeto. Feito o balanço desse mês experimental, em que houve uma única adoção de um gato, e dos cinco voluntários que estava prometido participarem só apareceram três, consideradas as despesas com seguros, que totalizaram 118 euros, foi decidido, após uma reunião com os promotores do projeto, suspender a iniciativa, pelo menos no corrente ano, por não ter adesão suficiente. Em consequência dessa decisão, a verba que estava reservada ao projeto foi canalizada para outras situações, como por exemplo ações de fiscalização, vacinação, etc. Quanto ao programa Eco-tur, explicou que se trata de um projeto internacional, aprovado no âmbito do programa de cooperação Interreg, e nesse contexto totalmente financiado, pelo que a Câmara não tem que despender quaisquer verbas. Informou que fazem parte do programa de cooperação Eco-tur os Açores,

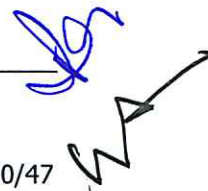
Madeira e Canárias, estando os Açores representados pelos concelhos de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Lajes do Pico. Há também países terceiros convidados, e que aderiram igualmente ao programa: Cabo Verde, Senegal e Mauritânia. Este projeto, prosseguiu, consiste na criação de uma rede de municípios visando a conservação e valorização do património cultural e paisagístico. No caso do Município de Ponta Delgada, foi escolhida a Rota da Rocha da Relva, com o objetivo de assegurar a sua valorização através da criação de infraestruturas de apoio ao visitante e do aproveitamento dos ativos naturais e etnográficos. Acrescentou que os trabalhos de construção já arrancaram, nomeadamente nas instalações sanitárias e numa estrutura de apoio aos visitantes como posto de informação, interpretativo e de ajuda a primeiros socorros. Informou ainda que o projeto também inclui a criação de um Grupo de Ação Local que está a desenvolver uma série de projetos e iniciativas para aquela zona. A terminar deu nota de que na reunião realizada em Cabo Verde, em 30 e 31 de maio, o Município de Ponta Delgada sugeriu ser o anfitrião da 6ª reunião de cooperação Eco-tur, no próximo ano, tendo a proposta sido bem acolhida.

A Sra. Deputada Sónia Nicolau pediu a palavra para agradecer, primeiro, as explicações que foram dadas sobre as questões que colocou. Aproveitou para expressar a sua congratulação pela escolha da Rocha da Relva para ser apresentada ao programa Eco-tur, em particular pelas ligações pessoais que ela própria tem com a freguesia em que se situa e para felicitar a autarquia por estar envolvida em projetos da Macaronésia, porque considera importante este conhecimento e esta envolvência para além das fronteiras de Ponta Delgada. Relativamente à questão da zona balnear do Forno da Cal, também agradeceu as explicações dadas pelo Sr. Vereador Pedro Furtado mas disse não ter ficado esclarecida, porque o que perguntou foi se a zona balnear do Forno da Cal está a ser utilizada por banhistas, e isso é um facto confirmado, a julgar, inclusive, pela intervenção do Sr. Presidente. Portanto, na sua perspetiva, é necessário tomar uma opção: ou se permite a utilização e se garante o acesso seguro pelas escadas ou não se permite, o que vai obrigar as pessoas a descerem pelas pedras que fazem a



proteção do muro da avenida. O que perguntou também, prosseguiu, é se vai ou não haver vigilantes e se se vão manter ou não as instalações abertas, até porque, se não for essa a opção, será necessário uma eventual intervenção da Polícia Municipal para impedir as pessoas de utilizarem aquele espaço, que é um espaço municipal. Nesse sentido, perguntou o que é que a Câmara vai fazer após o dia 1 de setembro, que é quando cessa a presença de vigilantes. Em relação às questões que colocou sobre a agenda cultural do Coliseu Micaelense disse que também não ficou esclarecida, uma vez que não falava do passado mas sim do futuro, e que fica a aguardar a resposta ao seu requerimento para a disponibilização da agenda cultural do Coliseu Micaelense do 2.º semestre de 2018. Sobre o assunto do amianto das escolas, apesar de conhecer a Carta Escolar de Ponta Delgada, disse que também não ficou esclarecida quanto à calendarização da sua substituição conforme pedira, pelo que deixou um requerimento verbal no sentido de ser dada resposta a essa questão. No que respeita à Zona Industrial dos Valados, e uma vez que também não houve resposta por parte do Sr. Presidente, fica a aguardar essa resposta. A terminar reiterou a sua percepção de que a inovação tecnológica de cariz B2C “Business to Consumer” que está a ser implementada no sítio da Internet é um vazio, pelo que fica a aguardar o referido acesso para o licenciamento *online*.

Na intervenção que se seguiu, o Sr. Deputado Luís Maurício colocou duas questões ao Sr. Presidente da Câmara: a primeira, para saber, no seguimento da visita efetuada à freguesia dos Ginetes e no âmbito da posição pública que foi tomada relativamente à necessidade de melhoramentos no acesso ao mar nas termas da Ferraria – uma zona que considera estar subaproveitada e num estado lastimável, se já obteve alguma resposta concreta por parte do Governo Regional no sentido de haver uma intervenção naquela zona. A segunda, para perguntar, relativamente à zona balnear do Pesqueiro, em Ponta Delgada, apesar de não ser da responsabilidade municipal mas sim da empresa Portos dos Açores, se tem conhecimento do recente aumento do passe mensal de 10 para 30 euros, sem que tivesse havido uma melhoria das condições daquele espaço que o justificasse.



Aproveitou para denunciar as deficientes condições daquele espaço, incluindo os próprios balneários, o pavimento, as torneiras, ou os cacifos.

Voltou a usar da palavra o Sr. Presidente da Câmara, para se pronunciar novamente sobre as últimas intervenções.

Relativamente à réplica da Sra. Deputada Sónia Nicolau, disse ser sua convicção que a Sra. Vereadora Maria José Duarte podia esclarecer mais detalhadamente as intervenções a realizar na Rocha da Relva no âmbito da sua apresentação ao programa Eco-tur como zona a investir. Também admitiu ter havido duas omissões na sua resposta, respeitantes a esclarecimentos que são devidos: uma relativamente à Agenda Cultural do Coliseu do 2.º semestre de 2018 e outra sobre o calendário das intervenções que estão planeadas já há muito tempo, em concertação com a Secretaria Regional de Educação, para a retirada do amianto das escolas, as quais, prometeu, serão obviamente supridas com a disponibilização da informação pretendida.

Como resposta às questões colocadas pelo Sr. Deputado Luís Maurício, começou por agradecer o facto de ter salientado mais uma vez a importância das zonas balneares, a que já aludira o Sr. Deputado Álvaro Borralho, independentemente de serem tuteladas pelo Município ou pelo Governo Regional, sendo certo que, assinalou, há umas mais singulares que outras. Deu o exemplo das Ferraria, que considera ser uma das mais emblemáticas, com um potencial único em termos de oferta, e relativamente à qual entende haver um subaproveitamento por parte da Região. Em resposta à questão sobre se na sequência da visita à efetuada à freguesia dos Ginetes houve já resposta, da parte do Governo Regional, indicadora de alguma estratégia e/ou calendário para uma intervenção, disse que não dispunha, até ao momento, de qualquer informação nesse sentido. Registou, no entanto, o empenho manifestado na ocasião pelo Presidente da Junta de Freguesia dos Ginetes e de toda a sua equipa no sentido de ir ao encontro da disponibilidade manifestada pela Câmara Municipal para uma eventual parceria em questões como

a higiene, limpeza e salubridade do espaço, no que diz respeito à recolha dos resíduos sólidos urbanos, para além de outros possíveis contributos. Aproveitou para assinalar que, na sequência dessa visita, e já aquando da visita à freguesia das Feteiras, ocorreu uma derrocada na estrada regional, num ponto que carece há muito de uma intervenção e que tem riscos associados, nomeadamente em termos de segurança rodoviária. Acrescentou que deu nota pública desse facto e que entretanto pôde verificar que já há, no local, técnicos do departamento de estradas do Governo Regional, pelo que tem a expectativa de que possa haver uma intervenção sobre essa matéria a breve trecho. Relativamente à questão do Pesqueiro e ao aumento dos preços, disse que não teve qualquer informação nem foi consultado sobre o assunto, embora tal também não fosse expectável, uma vez que é a empresa Portos dos Açores que tem a responsabilidade de gerir aquele espaço. No entanto, disse que concordava com a observação de que se trata de um aumento muito significativo, a qual ficaria registada.

O Sr. Deputado Francisco César pediu para fazer uma intervenção, na qual destacou o facto de, às questões que foram colocadas relativas às zonas balneares geridas pela Câmara Municipal o Sr. Presidente da Câmara ter respondido muito claramente que é necessário fazer o equilíbrio entre a ambição e os meios e adequar essa ambição à realidade. Esta afirmação foi feita, frisou, perante uma reivindicação geral e não apenas do Grupo Municipal do PS, no sentido de ser assegurado um horário mais alargado das nossas zonas balneares, por haver, efetivamente, quer da parte dos residentes quer da parte dos que as visitam, essa necessidade. Curiosamente, da parte do Grupo Municipal do PSD, o que houve foi mais uma pergunta ao Grupo Municipal do PS do que ao executivo camarário sobre uma zona que é da competência regional e não municipal, mas esquecendo-se, no exemplo utilizado, que os preços no pesqueiro não são atualizados desde 2009, que houve investimentos naquela zona ou que tem a presença de nadadores-salvadores todo o ano num horário condizente com as necessidades. Quanto à zona banhar da Ferraria, que também foi mencionada, nomeadamente no que respeita às condições de acesso, lembrou o investimento feito na estrada pelo Governo Regional, apesar

de ser uma estrada de competência municipal, e também lembrou que estão previstos melhoramentos para essa área. A terminar defendeu que, havendo uma reivindicação da população, ou há vontade da mesma ser atendida ou não há essa vontade, não fazendo sentido limitar o debate à crítica ou à defesa das entidades com responsabilidades, sejam elas o Governo Regional ou o Município.

Na última intervenção no âmbito do primeiro ponto da agenda de trabalhos, o Sr. Deputado Ricardo Costa realçou que as questões que foram colocadas não o foram em tom de reivindicação mas sim como perguntas, pedidos de esclarecimento ou até mesmo em tom de sugestão sobre questões relativas ao funcionamento das zonas balneares de gestão municipal no concelho de Ponta Delgada. A verdade objetiva, prosseguiu, é que quer o Sr. Presidente da Câmara quer o Sr. Vereador Pedro Furtado deram resposta direta ou indireta às questões que foram colocadas, e até pode ser entendido que não fecharam a porta ao acolhimento de algumas delas. Mas há sempre que acautelar as questões de natureza contratual, porque há um contrato cuja vigência decorre até fim da presente época balnear e que condiciona os termos daquele serviço e o funcionamento da época balnear, inclusive do ponto de vista orçamental, tal como aconteceu, por exemplo no Pesqueiro quando se aumentou o preço dos passes de acesso. Quanto à pergunta feita pelo Sr. Deputado Luís Maurício ao Sr. Presidente da Câmara, relativizou as críticas que possa ter suscitado, porque, objetivamente, o que foi perguntado foi se o Sr. Presidente tinha conhecimento de um determinado facto, sendo irrelevante nesse caso se alguém não gostou da referência que foi feita.

PONTO 2 – PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS

Em cumprimento da deliberação camarária de 18 de junho de 2018, foi presente o Ofício 9361/2018, da Câmara Municipal, de 18 de junho, submetendo à Assembleia Municipal, para apreciação, em conformidade com o disposto no n.º 2 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, e na alínea i) do n.º1 do artigo

33.º e alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais, a Prestação de Contas Consolidadas de 2017, elaborada nos termos do artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, e previamente aprovadas pelo órgão executivo nos termos dos referidos diplomas legais.

O Sr. Presidente da Câmara pediu a palavra para fazer a apresentação deste ponto.

Após explicar que se tratava de um ponto para mera apreciação e que não carecia de votação da Assembleia Municipal, disse que se iria limitar a fazer uma síntese das contas consolidadas do Grupo Autárquico de Ponta Delgada relativas ao ano de 2017, lembrando que as respetivas contas singulares foram já sujeitas a apreciação e votação na Assembleia Municipal.

A primeira nota que deixou foi sobre a existência de um resultado líquido positivo no montante de 3.641.763,29 euros, quando em 2016 fora na ordem de 3.393.957,57 euros. Sublinhou que as contas revelam desse modo uma diminuição em 3,30%, face a 2016, do passivo do grupo autárquico, na totalidade justificada pela diminuição da dívida dos empréstimos bancários, que foi na ordem dos 3,51%. Estes dados, frisou, revelam um desendividamento constante, de forma consolidada, denotando uma gestão rigorosa no sentido da solidariedade intergeracional.

No que se diz respeito a prazos médios de pagamento a fornecedores, assinalou que a média consolidada de 2017 foi de 16 dias, de acordo com as regras da Direção-geral das Autarquias Locais (DGAL). Os proveitos operacionais aumentaram cerca de 2,8 milhões de euros, com destaque para os impostos e taxas, que aumentaram 1,8 milhões de euros, e as transferências e subsídios obtidos, com um aumento de cerca de 660 mil euros, enquanto os proveitos financeiros, designadamente a renda da EDA e os juros de depósitos a prazo aumentaram cerca de 37 mil euros. Os proveitos extraordinários diminuíram cerca de 460 mil euros,

com destaque para as transferências de capital relativas ao apuramento dos proveitos deferidos dos fundos comunitários, que tiveram uma diminuição de cerca de 900 mil euros. Em 2017, os proveitos totais aumentaram cerca de 2,4 milhões de euros face a 2016, ou seja, cerca de 5,3%. Em 2017 os custos operacionais aumentaram cerca de 2,4 milhões de euros, com destaque para o aumento nos fornecimentos e serviços externos, em cerca de 1,5 milhão de euros, e as transferências e subsídios correntes e respetivas prestações sociais, com um aumento de cerca de 400 mil euros. Os custos financeiros diminuíram cerca de 250 mil euros, valor justificado na sua totalidade com a diminuição do valor dos juros dos empréstimos bancários. Os custos extraordinários aumentaram cerca de 230 mil euros, com destaque para as transferências de capital para as IPSS, que tiveram um aumento de cerca de 282 mil euros. Os custos totais em 2017 aumentaram cerca de 2,4 milhões de euros face a 2016, o que corresponde a uma variação 5,42%.

Em suma, observou, a concluir a sua apresentação, as contas do grupo autárquico de Ponta Delgada relativas a 2017 apresentam uma redução de 3,30% no passivo e um resultado líquido positivo de 3.641.763,29 euros, e os indicadores da estrutura de balanço apresentam, à semelhança dos últimos dois anos, valores constantes e muito positivos, que atestam a consistência e a estabilidade patrimonial da autarquia, com destaque especial para a redução sistemática da dívida de médio e longo prazo.

A Sra. Deputada Sónia Nicolau pediu para se pronunciar sobre este assunto, para dizer que o Grupo Municipal do PS entende, neste ponto, fazer uma apreciação do que foi o trabalho da autarquia e das empresas municipais ao longo do ano de 2017 e, face a essa apreciação, verter a sua posição na análise política, ao mesmo tempo que não deixa de fazer também uma análise financeira. Passou em seguida a ler o documento, previamente redigido, no qual que se dá nota dessa apreciação, com o pedido de que o mesmo faça parte integrante da Ata da presente sessão como anexo.

O Sr. Deputado Ricardo Costa também pediu para intervir sobre este ponto, para fazer um breve comentário sobre a questão em apreço, começando por advogar que a prestação das contas consolidadas deste ou de qualquer outro município não é um exercício de camuflagem mas sim o cumprimento do que está legalmente previsto e a que a lei obriga a todos os municípios. Além disso, prosseguiu, a consolidação das contas resulta das contas individuais de cada uma das empresas e da autarquia, lembrando que as contas da autarquia são apreciadas e aprovadas nesta Assembleia e que as contas das empresas municipais têm a publicidade que é legalmente prevista. Sublinhou que a pormenorizada apreciação feita pela Sra. Deputada Sónia Nicolau é a prova de que não há nenhum exercício de contas camufladas e de que toda a informação necessária para apreciar as contas do grupo autárquico está disponível. Em segundo lugar salientou que estas contas consolidadas dizem respeito ao último ano do exercício de um mandato autárquico, que terminou perto do final do ano de 2017, e que por essa razão encerram um ciclo de gestão da autarquia. Sobre esse ciclo, acrescentou, deve ser igualmente feito um exercício de avaliação e de análise, olhando àqueles que eram os principais compromissos assumidos. Desses compromissos, destacou a preocupação social, que foi patente nas diversas ações do município e também nas opções de governo que foram sendo tomadas na Câmara Municipal em função das margens orçamentais, a qual também tem uma tradução noutros dois eixos importantes da condução geral da governação do município: a solidariedade geracional e a solidariedade geográfica. No caso da solidariedade geracional, através do controlo e da redução da dívida, gerida em conjunto com uma necessária reformulação do grupo empresarial de que estamos a falar mediante a internalização de um conjunto de empresas sobre cuja situação financeira e atividade houve sempre a maior transparência. E foi possível fazer tudo isso ao mesmo tempo que se reduzia o passivo bancário do grupo Municipal, permitindo que essa reforma fosse realizada sem o Município entrar em regime de reequilíbrio financeiro, com os condicionamentos que isso implicaria, por exemplo, na fixação da taxa de IMI. No caso da solidariedade geográfica, através da partilha de responsabilidades com as

freguesias, acompanhada do correspondente envelope financeiro, com acordos celebrados entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia segundo critérios de igualdade.

A Assembleia tomou conhecimento.

PONTO 3 – INFORMAÇÃO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO

Em cumprimento da deliberação camarária de 18 de junho de 2018, foi presente o Ofício 9364/2018, da Câmara Municipal, de 18 de junho, submetendo à Assembleia Municipal, para conhecimento, no âmbito da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, a informação dos compromissos plurianuais assumidos no período de 12 de março a 04 de junho de 2018.

A Assembleia tomou conhecimento.

PONTO 4 – 2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA, 2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA E 2ª REVISÃO AO PPI – PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 2018-2021

Em cumprimento da deliberação camarária de 18 de junho de 2018, foi presente o Ofício 9351/2018, da Câmara Municipal, de 18 de junho, submetendo à Assembleia Municipal, para aprovação: 1) a 2ª Revisão ao Orçamento da Receita, a 2ª Revisão ao Orçamento da Despesa e a 2ª Revisão ao PPI – Plano Plurianual de Investimentos 2018-2021, da Câmara Municipal, de acordo com o estipulado no ponto 8.3.1.3 e na alínea a) do ponto 8.3.1.4 e 8.3.2.2, do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei 54-A/99, de 22 de fevereiro, e suas alterações; 2) o pedido de emissão de autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais até ao



montante previsto para cada projeto descrito na presente revisão ao orçamento e às Grandes Opções do Plano 2018-2021, nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março.

Colocado o assunto à votação, separadamente nos diferentes itens que o compõem, a Assembleia deliberou, por maioria, com os votos a favor do PSD e do Movimento Santa Clara Vida Nova, e a abstenção do PS e do Bloco de Esquerda em todos os itens, aprovar a 2ª Revisão ao Orçamento da Receita, a 2ª Revisão ao Orçamento da Despesa e a 1ª Revisão ao PPI – Plano Plurianual de Investimentos 2018-2021, da Câmara Municipal. Mais deliberou conferir autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais até ao montante previsto para cada projeto descrito na presente revisão ao orçamento e às Grandes Opções do Plano 2018-2021.

O Grupo Municipal do PS, através do Sr. Deputado Nuno Miranda, pediu para apresentar uma declaração de voto, com a nota de que para o PS este ponto tem uma abrangência mais ampla, no contexto do acordo que foi feito e da negociação do orçamento municipal para 2018 que permitiu a sua viabilização e que permitiu de igual modo que o investimento a ser realizado nas freguesias do concelho de Ponta Delgada fosse melhor distribuído, mais equitativo e contribuísse dessa forma para um melhor desenvolvimento do concelho. Aproveitou para reforçar a ideia de que o PS, no âmbito desse acordo, está empenhado no sentido de haver cumprimento por parte da Câmara Municipal de um orçamento que implica investimentos programados, pelo que se iria abster neste ponto.

A presente deliberação assume eficácia imediata com a aprovação desta parte da Ata em minuta, conforme deliberado, por unanimidade, nos termos do n.º 3 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, plasmado no n.º 4 do artigo 65.º do Regimento da Assembleia Municipal de Ponta Delgada aprovado na sessão ordinária de 30 de junho de 2014.

PONTO 4.B – ELEIÇÃO PARA OS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PONTA DELGADA NO CONSELHO LOCAL DE EDUCAÇÃO

Foi presente para aprovação, em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro e subsequentes alterações, uma lista conjunta para os representantes da Assembleia Municipal de Ponta Delgada no Conselho Local de Educação, constituída pelos seguintes membros:

- Maria da Graça Carvalho da Silva Machado (PS);
- Álvaro António Gancho Borralho (PS);
- Gilberto Araújo Rodrigues (PSD).

Após eleição em voto secreto e a respetiva contagem dos votos, a Assembleia deliberou, por maioria, com 42 votos a favor, um voto contra e três abstenções, aprovar a lista de representantes da Assembleia Municipal de Ponta Delgada no Conselho Local de Educação constituída pelos membros propostos.

PONTO 4.C – ELEIÇÃO PARA OS REPRESENTANTES DAS JUNTAS DE FREGUESIA NO CONSELHO LOCAL DE EDUCAÇÃO

Foi presente para aprovação, em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro e subsequentes alterações, uma lista conjunta para os representantes da juntas de freguesia no Conselho Local de Educação, constituída pelos seguintes membros:

- Victor Carlos de Arruda Almeida – Presidente da Junta de Freguesia dos Fenais da Luz (PSD);
- Noémia Lima Ventura - Presidente da Junta de Freguesia de Vicente Ferreira (PSD);
- André Filipe Machado Correia Presidente da Junta de Freguesia dos Remédios (PS).

Após eleição em voto secreto e a respetiva contagem dos votos, a Assembleia deliberou, por maioria, com 41 votos a favor, dois votos contra e três abstenções, aprovar a lista de representantes das juntas de freguesia no Conselho Local de Educação constituída pelos membros propostos.

PONTO 4.D – ELEIÇÃO PARA OS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PONTA DELGADA NO CONSELHO CONSULTIVO DA UNIDADE DE SAÚDE DA ILHA DE SÃO MIGUEL

Foi presente o ofício USISM-SAI/2018/1982, de 15-06-2018, da Unidade de Saúde da Ilha de São Miguel, solicitando a designação de dois representantes da Assembleia Municipal de Ponta Delgada a integrar o Conselho Consultivo da USISM, nos termos das disposições conjuntas dos artigos 7.º, 14.º e 15.º da orgânica daquela Unidade, aprovada pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 26/2011/A, de 09 de dezembro.

Foi submetida a votação, por escrutínio secreto, uma lista conjunta constituída pelos seguintes membros:

- Carlos Jorge Linhares Estrela (PSD);
- Maria da Graça Carvalho da Silva Machado (PS).

Após a contagem dos votos, a Assembleia deliberou, por maioria, com 41 votos a favor, um voto contra e quatro abstenções, aprovar a lista de representantes da Assembleia Municipal de Ponta Delgada a integrar o Conselho Consultivo da USISM constituída pelos membros propostos.

PONTO 6 – SMAS – PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA NOMEAÇÃO DO TITULAR DO CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU RESPONSÁVEL PELA DIVISÃO DE AMBIENTE E QUALIDADE

Em cumprimento da deliberação camarária de 18 de junho de 2018, foi presente o Ofício 9347/2018, da Câmara Municipal, da mesma data, no seguimento da proposta para abertura de procedimento concursal para a nomeação do titular do cargo de direção intermédia de 2.º grau responsável pela Divisão de Ambiente e Qualidade dos SMAS, aprovada na reunião ordinária da Câmara Municipal de 18 de junho, submetendo à Assembleia Municipal, nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, a proposta de designação do júri do referido procedimento, composto pelos seguintes elementos:

- a) Presidente – Jorge Ferreira da Silva Nemésio – Diretor Delegado;
- b) 1.º Vogal – João Carlos do Monte Garcia – Chefe de Divisão;
- c) 2.º Vogal – Susana Maria Fortuna Soares – Chefe de Divisão;
- d) 1.º Vogal suplente – Maria da Graça Estrela Roque Costa Matos – Diretora de Departamento;
- e) 2.º Vogal suplente – Jorge Miguel Domingues Tavares – Chefe de Divisão;

Colocado o assunto à votação, a Assembleia deliberou, por maioria, com os votos a favor do PS, PSD e Movimento Santa Clara Vida Nova e a abstenção do Bloco de Esquerda, aceitar a composição do júri proposta e designar os respetivos elementos.

A presente deliberação assume eficácia imediata com a aprovação desta parte da Ata em minuta, conforme deliberado, por unanimidade, nos termos do nº 3 do art.º 57.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, plasmado no nº 4 do artigo 65.º do Regimento da Assembleia Municipal de Ponta Delgada aprovado na sessão ordinária de 30 de junho de 2014.

PONTO 7 – PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA UM LUGAR DE DIRETOR PARA O DEPARTAMENTO DA POLÍCIA MUNICIPAL

Em cumprimento da deliberação camarária de 18 de junho de 2018, foi presente o Ofício 9357/2018, da Câmara Municipal, da mesma data, no seguimento da proposta para abertura de procedimento concursal tendente à consolidação da nomeação do titular da Direção do Departamento da Polícia Municipal, aprovada na reunião ordinária da Câmara Municipal de 18 de junho, submetendo à Assembleia Municipal, nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, a proposta de designação do júri do referido procedimento, composto pelos seguintes elementos:

- a) Presidente – João Miguel Roque Filipe – Presidente do Conselho Diretivo do Fundo Regional de Coesão;
- b) 1.º Vogal – Renato Francisco Martins Lopes Almeida de Medeiros – Diretor de Serviços do Trabalho e Secretário-geral do Conselho Regional de Concertação Estratégica;
- c) 2.º Vogal – Jorge Ferreira da Silva Nemésio – Administrador Delegado dos SMAS;
- d) 1.º Vogal suplente – Maria da Graça Estrela Roque Costa Matos – Diretora de Departamento de Planeamento e Urbanismo;
- e) 2.º Vogal suplente – Maria Margarida Ferreira Viveiros Santa Clara Brito – Diretora do Departamento de Obras, Mobilidade e Equipamentos Municipais.

Colocado o assunto à votação, a Assembleia deliberou, por maioria, com os votos a favor do PS, PSD e Movimento Santa Clara Vida Nova e a abstenção do Bloco de Esquerda, aceitar a composição do júri proposta e designar os respetivos elementos.

A presente deliberação assume eficácia imediata com a aprovação desta parte da Ata em minuta, conforme deliberado, por unanimidade, nos termos do nº 3 do art.º

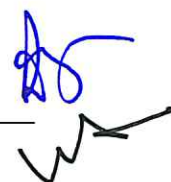
57.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, plasmado no nº 4 do artigo 65.º do Regimento da Assembleia Municipal de Ponta Delgada aprovado na sessão ordinária de 30 de junho de 2014.

PONTO 8 – MINUTA DE PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE A CASA DOS AÇORES EM LISBOA E A CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA DELGADA

Em cumprimento da deliberação camarária de 4 de abril de 2018, foi presente o Ofício 6926/2018, da Câmara Municipal, de 3 de maio, submetendo à Assembleia Municipal, para aprovação, a minuta do protocolo de cooperação entre a Casa dos Açores (CAL) em Lisboa e a Câmara Municipal de Ponta Delgada, retificada e aprovada por deliberação camarária de 4 de abril de 2018, bem como a adesão da Câmara Municipal à CAL.

Colocado o assunto à votação, a Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a minuta do protocolo de cooperação entre a Casa dos Açores (CAL) em Lisboa e a Câmara Municipal de Ponta Delgada. Mais deliberou aprovar a assunção, por esta autarquia, do estatuto de sócio aderente, com os deveres e os direitos daí inerentes.

A presente deliberação assume eficácia imediata com a aprovação desta parte da Ata em minuta, conforme deliberado, por unanimidade, nos termos do nº 3 do art.º 57.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, plasmado no nº 4 do artigo 65.º do Regimento da Assembleia Municipal de Ponta Delgada aprovado na sessão ordinária de 30 de junho de 2014.



PONTO 9 – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – CONTRATO INTERADMINISTRATIVO – GRANDES FESTAS DO DIVINO ESPÍRITO SANTO DE PONTA DELGADA

Em cumprimento da deliberação camarária de 18 de junho de 2018, foi presente o Ofício 9363/2018, da Câmara Municipal, da mesma data, submetendo à Assembleia Municipal, para aprovação, nos termos da alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º, Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as propostas de minutas dos contratos interadministrativos de delegação de competências a celebrar com as juntas de freguesia do concelho para as Grandes Festas do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada, para efeitos de autorização, conforme o disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º, do mesmo diploma legal.

Colocado o assunto à votação, a Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar as minutas dos contratos interadministrativos de delegação de competências a celebrar com as juntas de freguesia do concelho, nos termos e para os fins propostos, bem como autorizar a celebração dos respetivos contratos.

A presente deliberação assume eficácia imediata com a aprovação desta parte da Ata em minuta, conforme deliberado, por unanimidade, nos termos do nº 3 do art.º 57.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, plasmado no nº 4 do artigo 65.º do Regimento da Assembleia Municipal de Ponta Delgada aprovado na sessão ordinária de 30 de junho de 2014.

PONTO 10 – REGULAMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DE PRÉMIOS DE MÉRITO ESCOLAR AOS ESTUDANTES DO ENSINO NÃO SUPERIOR DO CONCELHO DE PONTA DELGADA

Em cumprimento da deliberação camarária de 18 de junho de 2018, foi presente, para aprovação, a proposta de Regulamento de Atribuição de Prémios de Mérito Escolar para os estudantes do Ensino Não Superior do concelho de Ponta Delgada,

ao abrigo do disposto na alínea d), do n.º 2, do artigo 23.º e na alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, ambos constantes do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação vigente.

A Sra. Deputada Sónia Nicolau pediu para intervir sobre este ponto para tecer algumas considerações numa abordagem construtiva e positiva, a partir da análise que o PS faz, e em conformidade com o que foi votado em reunião de Câmara, não para o presente regulamento, devido aos procedimentos administrativos já concretizados, mas para o futuro. As suas observações respeitam, em concreto, à fundamentação do prémio de mérito, que se baseia apenas na média aritmética. Por entender que é possível admitir outros critérios, porque o aluno está longe de se confinar à média aritmética, defendeu que era possível ir mais longe. Quis também deixar uma nota crítica, por via da questão simbólica, relativamente ao termo utilizado: "o melhor estudante", por entender que não existe "o melhor estudante", mas apenas o estudante "que teve a melhor média", estando certa de que não é esse o conceito subjacente à instituição deste prémio. Propôs, assim, que no futuro se repense a terminologia nos exemplos citados, entre outros aspetos a melhorar, dos quais deu igualmente uma breve nota.

Face à intervenção da Sra. Deputada Sónia Nicolau, o Sr. Presidente da Câmara pediu a palavra para deixar nota da boa aportação que foi feita, observando contudo que a proposta esteve em apreciação pública para possíveis contributos no sentido do seu aperfeiçoamento. Disse no entanto que concordava com o princípio de que é sempre possível ir mais além e que, por essa razão, tendo em conta que as considerações são consensuais, iria dar nota da sugestão à Sra. Vereadora com competências delegadas na área sobre a revisão do critério de atribuição bem como sobre a proposta de alteração da terminologia utilizada na referência ao "melhor estudante", sobre a qual também existe consenso.

Colocado o assunto à votação, a Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de Regulamento de Atribuição de Prémios de Mérito Escolar para os estudantes do Ensino Não Superior do concelho de Ponta Delgada.

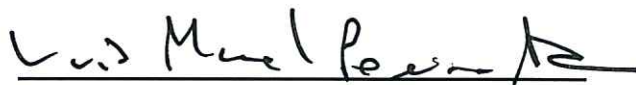
Não havendo público presente, e por se ter chegado ao fim da ordem e trabalhos, o Sr. Presidente da Assembleia agradeceu a presença e o contributo de todos, com uma menção especial ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Fajã de Baixo, e declarou encerrada a presente sessão da Assembleia Municipal, da qual foi lavrada a presente ata, que será assinada pelo Presidente da Mesa e por quem a redigiu, nos termos da Lei.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal



Francisco Rêgo Costa

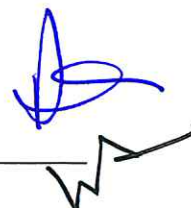
O Relator



Luís Manuel Pereira Ascenso

ANEXOS

- Votos de pesar e de congratulação;
- Declaração do PS sobre o Ponto 2 – Prestação de Contas Consolidadas.



Aprovado p/ unanimidade de
F. P. Nepes

Voto de Pesar Falecimento de José da Costa Franco

No passado dia 4 de maio faleceu José da Costa Franco, conhecido empresário e empenhado dinamizador do comércio tradicional de Ponta Delgada.

Natural da freguesia dos Mosteiros, José da Costa Franco iniciou a sua carreira profissional como empregado dos "Armazéns Cogumbreiro", de onde saiu para fundar a "Riviera", da qual era proprietário.

Tendo aberto as suas portas em 1964, a "Riviera" foi, na altura, a primeira loja de pronto-a-vestir masculino da nossa cidade, facto que deu, desde de início, prova da vontade inovadora e da capacidade de identificar oportunidades de negócio, que eram reconhecidas a José da Costa Franco.

Reconhecendo a relevância da "Riviera" na dinâmica comercial da baixa de Ponta Delgada a Câmara Municipal atribui-lhe, no Dia da Cidade deste ano, o "Diploma de Mérito Municipal".

Antes disso, em 2012, José da Costa Franco já recebera a Insígnia Autónomica de Mérito Industrial, Comercial e Agrícola da Região Autónoma dos Açores.

A Assembleia Municipal de Ponta Delgada aprova o presente Voto de Pesar pelo falecimento de José da Costa Franco, como homenagem à sua memória e reconhecimento pelo benefício que o seu dinamismo empresarial gerou para o comércio tradicional e para a economia de Ponta Delgada.

Deste Voto deve ser dado conhecimento à sua família.

Ponta Delgada, 2018.06.29





Partido Socialista
AÇORES

Aprovado por O.N.C.A. d.

Arum

- VOTO DE CONGRATULAÇÃO -

CLUBE DE ATIVIDADES GIMNICAS DE PONTA DELGADA

O CLUBE DE ACTIVIDADES GÍMNICAS DE PONTA DELGADA continua a confirmar o elevado nível de excelência dos seus atletas e equipe técnica, tendo voltado a alcançar resultados históricos a somar às dezenas de títulos nacionais e internacionais que tem conquistado um pouco por todo o mundo, e em representações ao mais alto nível nas seleções nacionais.

Em fevereiro de 2018 e ao lado dos melhores ginastas portugueses da atualidade, o Clube conquistou pela 8ª vez consecutiva a Taça de Portugal. Arrecadou ainda 12 medalhas no Open Internacional de Braga. Em Março, mais uma medalha internacional, desta vez de bronze, em França, conseguida por Sara Silva na categoria de Individual Feminino. Ainda em Março, pela primeira vez no escalão juvenil Portugal vence uma competição em que os melhores ginastas da Rússia e Roménia competem simultaneamente. O feito foi conseguido por Tomás Amaral, a coqueluche e estrela do momento, do qual os vereadores do Partido Socialista recentemente apresentaram um voto de louvor pelo seu exemplar e meteórico, mas devidamente sustentado percurso.

Na Taça do Mundo, Sara Silva classifica-se em 7º da final e, na categoria Par Misto, com Fábio Lima, obtêm um excelente 6º lugar.

No Open Internacional de Cantanhede o Clube consegue ainda outros pódios e classificações de destaque:

- No escalão Iniciado, Tiago Pinheiro e Filipa Macedo conseguem medalha de prata, o ouro vai para a Bulgária, e o bronze para a Espanha;
- No escalão juvenil Tomás Amaral e Leonor Januário sobem ao 3º lugar do pódio na categoria Par Misto. Os lugares mais altos foram ambos ganhos pela Rússia.
- No escalão sénior, Fábio Lima, Rafaela Damásio e Sofia Magalhães também alcançam o bronze na categoria Trio. A Espanha e a Alemanha o ouro e prata respetivamente.

Arum
VA



Partido Socialista AÇORES

- Rui Cansado classifica-se em 4º da final com apenas 0,3 pontos do pódio. A categoria de Individual Masculino do escalão júnior foi ganha pelo campeão do Mundo Petr Perminov (Rússia), seguido da Roménia e Espanha.

Já em Abril, o Clube é campeão Nacional de 1ª Divisão/Elite por equipas em três escalões: iniciados, juvenis e séniores. Apura todos os ginastas desta divisão para as Super-finais nacionais (6 melhores) onde à Ginástica Aeróbica se juntará a Ginástica Artística Masculina, Feminina, Rítmica, Trampolins e Acrobática.

Na divisão base o Clube é campeão nacional em: Individual Feminino no escalão iniciado com Matilde Cymbron; Individual Masculino no escalão juvenil com Duarte Mota; Individual Feminino no escalão juvenil com Zamy Tomé ; Elisa Silva/José Meneses na categoria par misto em 2º lugar; Grupo júnior em 1º com Lara Faria/Sara Forjaz / Rita Nunes/ Elisa Silva/ Francisca Trota; Rita Nunes, 3º lugar em individual feminino júnior. Os ginastas Tomás Amaral/Tiago Pinheiro/ Leonor Januário/Zamy Tomé/Filipa Leite e Cláudia Pinheiro ganham ainda o título de campeões nacionais do escalão esperança em Aerodance. Os resultados nacionais individuais de 1ª divisão/elite só serão conhecidos nas Super-finais Nacionais (Junho). Este Clube é uma fabrica de campeões!

Oito ginastas do Clube, com formação realizada integralmente na Região, competiram recentemente no Campeonato do Mundo que se realizou em Guimarães, tendo o Tomás Amaral se sagrado Campeão do Mundo em individual e em terceiro lugar em pares, em conjunto com a Leonor Januário, sempre, acompanhados pela dedicada treinadora Alexandra Barroso.

Tomás Amaral, Cláudia Pinheiro, Filipa Leite, Leonor Januário (escalão juvenil em 4 categorias), Maria Correia e Rui Cansado (escalão Júnior em 2 categorias), Sara Silva e Fábio Lima (escalão sénior em 3 categorias) competirão com cerca de 800 ginastas de todos os Continentes.

O Clube, é competentemente treinado, diária e, por vezes, bdiariamente, pela reconhecida professora Alexandra Barroso, habituada a descobrir e desenvolver talentos, que os prepara meticulosamente para os exigentes desafios de competir com os melhores nacionais e de todo o mundo.



Partido Socialista
AÇORES

Todos nós, certamente já assistimos a espetáculos destes atletas, muitos dos quais ingressaram muito novos na Ginástica Aeróbica com a sua contagiante e genuína alegria, que aliam ao necessário rigor, persistência, paixão, e porque não, profissionalismo, de enorme entrega à modalidade.

Assim, o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe a aprovação deste Voto de congratulação felicitando o Clube pelos êxitos alcançados, e ao qual deve ser dado o devido conhecimento.

Pelo Grupo Municipal do Partido Socialista,

Ponta Delgada, 29 junho de 2018



Proporção P/Voteu
Fr. A. D.

4 Junho
A

Voto de Congratulação

Subida Santa Clara à Primeira Liga do Futebol Português

A equipa de futebol do Clube Desportivo de Santa Clara assegurou a sua ascensão à I Liga de Futebol no final da época desportiva 2017/2018

Volvidos 15 anos o clube açoriano, regressa à I Liga e pela 3º vez consegue ascender ao escalão principal do futebol português. Tratando-se de um marco importante para a história do Clube.

Para todos os Ponta-Delgadenses, este feito é motivo de regozijo e orgulho. É um feito magnífico que honra os adeptos e simpatizantes do Santa Clara. Dirigentes, treinador, equipa técnica e jogadores devem sentir honra na glória alcançada.

Fundado em 1921, embaixador do desporto açoriano e do nosso concelho, o Clube Desportivo do Santa Clara é uma instituição de referência nos Açores e em Portugal, elevando o desporto nas mais diversas modalidades.

Com uma escola de referência na formação desportiva das camadas mais jovem, a sua aposta nos jovens açorianos e do concelho de Ponta Delgada é evidente.

É de reconhecer a importância que a Santa Clara terá com a sua presença no panorama nacional, ao mais alto escalão do futebol português, acrescentando valor e notoriedade ao concelho de Ponta Delgada.

A

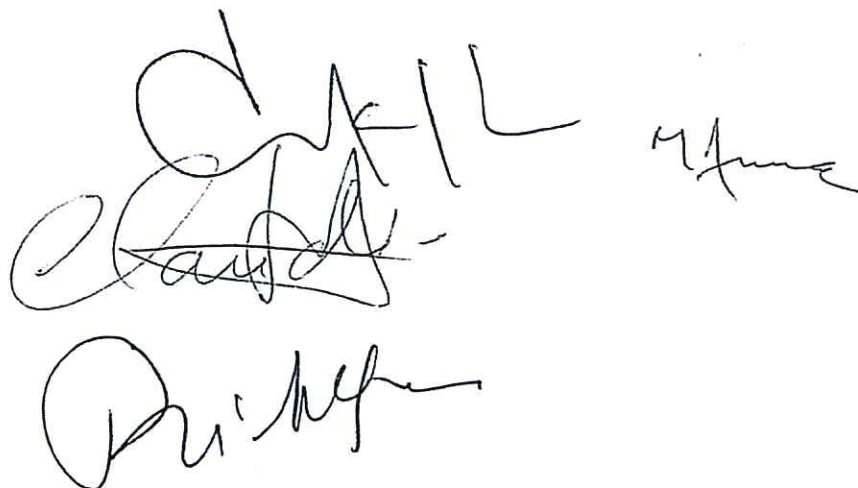
Com a subida da Santa Clara à I Liga, a cidade e o concelho de Ponta Delgada reforçam a sua crescente afirmação no panorama nacional em termos desportivos e turísticos.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais da Assembleia Municipal de Ponta Delgada, o grupo Municipal do PSD na Assembleia Municipal de Ponta Delgada, propõe um voto de congratulação ao Clube Desportivo de Santa Clara pela sua subida ao Primeiro Escalão do Futebol Português.

Deste Voto de Congratulação deve ser dado conhecimento a Direção do Clube Desportivo de Santa Clara, ao Presidente da Assembleia Geral do Clube Desportivo de Santa Clara, à sua equipa técnica e aos seus jogadores.

Ponta Delgada, 29 de Junho de 2018

Os Deputados Municipais



Handwritten signatures of the municipal deputies, including names like 'C. L.', 'A. L.', and 'P. L.', along with a date '29/06/18'.



Handwritten signature in blue ink, possibly a stamp or additional signature.



Partido Socialista
AÇORES

Aprovado P/ Uhe lu
f. A. M. J. ~

Voto de Congratulação
Clube Desportivo Santa Clara
SANTA CLARA SAD

O Clube Desportivo Santa Clara, cuja afirmação e engrandecimento teve por base a forte identidade e bairrismo dos humildes habitantes do lugar que lhe deu o nome, Santa Clara, um antigo núcleo piscatório a partir de meados do século XIX transformado em bairro operário, localidade que só recentemente, a 09 Outubro de 2005 foram eleitos os primeiros Órgãos Autárquicos, pela recente elevação a freguesia, é o mais representativo clube de futebol dos Açores.

O CDSC inicia-se por volta de 1917, teve o seu apogeu durante os anos de 1920 e 1921 (após a saída do contingente americano acantonado no “Campo Açores” , o auge da disputa dos “Campeonatos de Santa Clara” , competição local em que participavam equipas em representação de algumas das várias “lojas” do então bairro de Santa Clara), acabando por se tornar no natural herdeiro de dois outros “Santa Clara” ; o “Santa Clara Foot-ball Club” e o “Sport Club Santa Clara” , ambos antes dele também filiados na Associação de Futebol de Ponta Delgada.

O processo de constituição do CDSC culminou a 29 Julho de 1927, com a concessão pelo Governo Civil de Ponta Delgada do respetivo alvará, documento que levou a chancela do Governador Civil de então: Major Abel d'Abreu Sotto Mayor.

A década de 30 foi de grande importância na afirmação do Clube Desportivo Santa Clara: em 1930, início de um ciclo desportivo memorável, o CDSC ganha o seu primeiro título (Campeão da LDM “Liga Desportiva Micaelense”); a 31



Partido Socialista AÇORES

Janeiro de 1935 inaugura oficialmente (já lá estava instalado desde Novembro de 1934) aquela que ainda hoje é a sua sede, considerada então a melhor sede de um clube de futebol nos Açores; em Maio deste mesmo ano aventura-se a outra façanha, e torna-se no primeiro clube de futebol açoriano a deslocar-se a Portugal, digressão durante a qual defrontou, entre outros, o Sport Lisboa e Benfica; em 1936 a celebração do primeiro aniversário da nova sede constitui um grande acontecimento, com repercussões que chegam aos dias de hoje; ainda durante a década de 30 sagrou-se sete vezes consecutivas Campeão da AFSM (1930/31 até 1936/37) obtendo um recorde ainda hoje por igualar. Com apenas 10 anos de existência, já então o CDSC se posicionava, com destaque, na liderança do futebol micaelense.

Nas três décadas de 50, 60 e 70, muito embora sem nunca voltar a atingir o nível conseguido na década de 30, o CDSC impõe-se de novo com enorme destaque, conquistando 17 dos 33 campeonatos disputados entre 1949 e 1982 (mais do que o somatório dos títulos ganhos pelos seus adversários todos juntos).

Foi na transição da década de sessenta para a de setenta, entre a época de 1968/69 e a de 1971/72, que o CDSC obteve a sua segunda melhor série de campeonatos consecutivamente ganhos (4), acrescentando assim ao seu recorde de 1930/37 o igualar da segunda melhor série deste tipo, obtida entre as épocas 1924/25 e 1927/28 pelo Clube União Sportiva.

Só nos anos oitenta o CDSC iniciou o seu percurso nos “Nacionais”, conseguindo, a par da sua longa e relativamente modesta participação na “III Divisão Série E”, criar um núcleo de formação futebolística com adequada orientação técnica (Departamento de Formação Juvenil), “viveiro” por onde, entre muitos outros, passou “Pauleta”. A par disso, a década de oitenta foi também um período de valorização e consolidação patrimonial; em 1984 são dados os primeiros passos para a aquisição dos 21.000m² de terreno



Partido Socialista AÇORES

em São Gonçalo, em 1986 tem início a construção do “Complexo Desportivo”, e, volvido pouco tempo, o CDSC adquiriu a sede que desde 1934 já ocupava. No decorrer da época desportiva 1986/87, com um plantel que incluía significativo número de atletas oriundos dos escalões de formação, o CDSC ascendeu pela primeira vez à II Divisão, participando durante a época seguinte, integrando na Zona Sul, no respetivo campeonato.

Na última década do século XX, depois de uma rápida e bem sucedida passagem pela “Série Açores” (com um plantel muito jovem, de novo recheado de atletas oriundos dos escalões de formação do clube) o CDSC ascendeu quase meteoricamente até ao patamar mais elevado do futebol português: em 1995/96 foi Campeão da “Série Açores” subindo à 2ª Divisão (B); em 1996/97 foi o segundo classificado da sua zona na 2ª Divisão (B), falhando por muito pouco outra subida; em 1997/98 ganhou a Zona Sul, foi Campeão da 2ª Divisão (B) subindo à 2ª Divisão de Honra; e em 1998/99 chegou, pela primeira vez, à 1ª Divisão. Na época seguinte (1999/2000) o CDSC regressou de novo à 2ª Divisão de Honra.

Nesta segunda década do século XXI volta a acender-se a esperança de uma mudança de paradigma: sanear o CDSC, reequilibrar económica e financeiramente o “Universo Santa Clara” procurando mantê-lo nos patamares desportivos a que habituou os seus sócios e simpatizantes, é o grande desafio que se coloca ao atual grupo dirigente do CDSC (e da sua SAD), clube que continua a ser, sem nenhum tipo de dúvidas, O MAIS REPRESENTATIVO CLUBE DE FUTEBOL DOS AÇORES, movimentando em todos os seus escalões cerca de 500 atletas e dirigentes.

O SANTA CLARA expressa também uma vincada preocupação social, de forma visível pela atividade da Fundação Campo Açores, que alia o desporto à inclusão social pela promoção do sucesso escolar, e participação cívica, dos seus atletas, formando não só campeões, mas sobretudo Homens.



Partido Socialista AÇORES

Na próxima época desportiva, os Açores, regressam ao palco maior do futebol nacional, pelo SANTA CLARA SAD, pela classificação em 2.º lugar na II Divisão Nacional, da época que agora finda, contribuindo assim de forma relevante para a afirmação e o prestígio de Ponta Delgada - O Maior Concelho dos Açores - pelo que, os deputados municipais do Partido Socialista congratulam-se por tal feito, dando assim os parabéns e felicitando todos aqueles que têm o Clube no coração.

Solicitamos seja dado conhecimento deste Voto ao CLUBE DESPORTIVO SANTA CLARA à SANTA CLARA SAD, FUNDAÇÃO CAMPO AÇORES e aos seus atletas e dirigentes.

Os Deputado Municipais do Partido Socialista


Ponta Delgada, 29 de junho de 2018



Aprovado por União



Voto de Congratulação

O Grupo Parlamentar do PSD propõe a esta Assembleia o seguinte Voto de Congratulação:

O União Sportiva, clube que remonta à década de 20 do século passado, tem contribuído, ao longo dos seus anos de existência, para a promoção da prática de desporto nas modalidades coletivas, e tem reunido troféus nacionais e regionais no seu palmarés.

Clube emblemático de S. José e Ponta Delgada, as suas raízes e história confundem-se com o mítico ringue Margarida Cabral, sito na Rua de Lisboa, no interior de instalações pertencentes à atual Fábrica Melo Abreu, onde se recordam *matinés* desportivas e culturais, fruto da proximidade com o Coliseu Micaelense e com o Largo 2 de março.

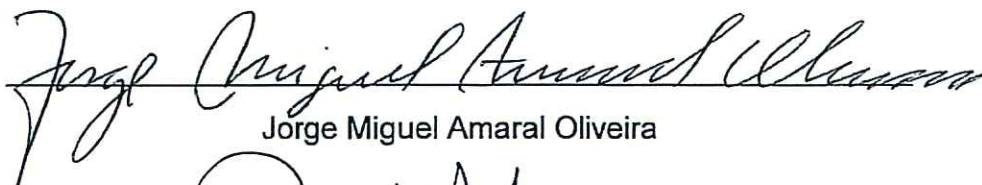
Atualmente a União Sportiva concentra a sua atividade desportiva no Basquetebol e dispõe de uma equipa profissional feminina, bem como escalões de formação na mesma modalidade.

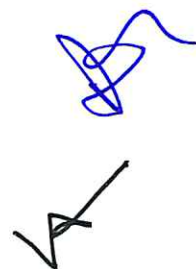
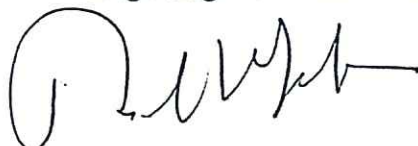
Recentemente, a equipa feminina sénior de Basquetebol sagrou-se campeã nacional desta modalidade em 2018, conquistando pela terceira vez o primeiro lugar da Liga Feminina de Basquetebol de Portugal. Tendo sido bicampeã em 2014/2015 e 2015/2016, a União Sportiva conquistou pela terceira vez este troféu, levando o nome de Ponta Delgada e Açores ao mais alto patamar do desporto português.

Pelas razões acima invocadas, pelo mérito desportivo alcançado e pela ação relevante na promoção do desporto no Concelho, propõe-se a aprovação deste Voto de Congratulação, e que dele seja dado conhecimento público.

Paços do Concelho, 29 de Junho de 2018

P'lo Grupo Parlamentar do PSD da Assembleia Municipal de Ponta Delgada


Jorge Miguel Amaral Oliveira





**Partido Socialista
AÇORES**

Aprovado por Uniceu.

Voto de Congratulação

CLUBE UNIÃO SPORTIVA

O Clube União Sportiva é um Clube desportivo da cidade de Ponta Delgada da ilha de São Miguel, e dos Açores, que durante muitos anos desenvolveu várias modalidades - futebol e hóquei em patins -, contando atualmente com o basquetebol, masculino e feminino, em todos os escalões, promovendo a prática desportiva de notável número de atletas, aproximadamente 350.

O clube foi fundado a 1 de Janeiro de 1921 com o nome União Sportiva dos Empregados do Comércio, assumindo-se como um influente núcleo desportivo da Associação de Classe dos Empregados do Comércio de Ponta Delgada.

Apenas a 11 de Agosto de 1922 a equipa passou para a atual designação, com sede na Rua da Canada, em Ponta Delgada.

Fontes diversas apontam como fundadores do Clube, ou envolvidos nos seus primórdios, Manuel Inácio de Melo, José Joaquim de Sousa, Ângelo do Rego Quintanilha, Dr. Jeremias da Costa, entre outros.

O Clube União Sportiva é membro fundador da Associação de Futebol de São Miguel em 1923, tendo vencido o respectivo campeonato em cinco edições na década de 1920 (a primeira edição, em 1923/1924, e as cinco seguintes pelo Clube União Sportiva), e ainda em 1959/60.

Durante muitos anos o Clube utilizou o Estádio Margarida Cabral na Rua de Lisboa, recinto este que se encontra ao abandono actualmente.

Na década de 1980, por via de um incêndio, o Clube perdeu muito do seu legado histórico, incluindo documentos e troféus.

Retomou a atividade em 1998 só com a modalidade de basquetebol



Partido Socialista
AÇORES

Palmarés:

Do seu vasto Palmarés no Basquetebol destacamos:

- Campeão Nacional Liga Feminina de Basquetebol 2014/15, 2015/16 e 2017/18
- Vencedor Taça de Portugal Feminina 2015/2016
- Vencedor Supertaça Feminina 2015/2016 e 2016
- Campeão Nacional da 1ª Divisão feminina 2012/13
- Vencedor Taça Vitor Hugo 2015/16
- Vencedor Taça Nacional de Sub-16 feminino 2010/11
- Vencedor Taça Nacional de Sub-19 feminino 2015/16
- Clube do ano feminino nomeado pela Federação Portuguesa de Basquetebol em 2015 e 2016.
- Clube do ano nomeado pela Câmara Municipal de Ponta Delgada em 2016.
- Melhor participação de sempre de uma equipa Portuguesa de basquetebol feminino em competições europeias na época 2015/16

Por todo este percurso, e muito em especial pelo relevante contributo do União Sportiva para a afirmação e prestígio de Ponta Delgada, os deputados municipais do PS congratulam-se com o histórico e Palmarés do Clube União Sportiva, dando os parabéns e felicitando os seus atletas, treinadores, dirigentes, sócios e simpatizantes pelos momentos de Glória vividos.

Solicita-se seja dado conhecimento deste Voto ao Clube União Sportiva.

Os Deputados do Grupo Municipal do Partido Socialista

Ponta Delgada, 29 de junho de 2018

Aprovado H Unam.



Partido Socialista
AÇORES

Voto de Congratulação

CLUBE ÁGUIA DESPORTIVO DOS ARRIFES

Na populosa e laboriosa freguesia dos Arrifes do concelho de Ponta Delgada, depois dos mais novos cimentarem o gosto pela prática do futebol durante toda a década de sessenta do século passado, ao qual não era alheio as cativantes transmissões radiofónicas dos jogos de futebol do campeonato nacional, fazendo com que em cada lugar da freguesia emergisse um clube de praticantes, replicando, aliás, o que acontecia um pouco por todas as freguesias do concelho, eis que finalmente os amantes da modalidade veem constituído o Clube que vai ser representativo de toda a freguesia.

A 20 de maio de 1972 nasce o Clube Águia Desportivo dos Arrifes, que popularmente veio a ser conhecido entre os adeptos de futebol da ilha apenas pelo "Águia dos Arrifes".

No ano 1973 com a aprovação formal dos estatutos organizativos do clube pela Associação de Futebol e de Ponta Delgada, abriram-se as portas a um longo caminho de participações nas provas oficiais promovidas por aquela Associação; Dando-se também início a um longo percurso de gosto pela modalidade entre os mais novos, que cativava paulatinamente os mais velhos, à medida que os troféus de vitórias se acumulavam na sua sede e campo sitos à Rua do Outeiro.

Hoje, já é longo o palmarés desportivo do "Águia dos Arrifes", em múltiplas provas de ilha e dos Açores, e em todos os escalões de futebol, onde releva o seu papel educativo e social junto da juventude da freguesia.

A somar às suas já muitas vitórias, na época desportiva de 2017-2018, e que agora termina, o Clube Águia Desportivo dos Arrifes sagra-se campeão de São Miguel, nos escalões de Juvenis, Seniores e até de Veteranos, acumulando estes últimos, ainda o título da Taça de Honra da Associação de Futebol de Ponta Delgada.

O grupo municipal do Partido Socialista congratula-se com este desempenho desportivo do Clube Águia Desportivo, felicitando todos aqueles que permitiram tal feito, enchendo por isso de orgulho a freguesia dos Arrifes.



Partido Socialista AÇORES

Solicita-se que seja dado conhecimento deste Voto ao Clube, à Junta de Freguesia, Assembleia de Freguesia e Casa do Povo dos Arrifes para maior conhecimento público.

Os Deputados do Grupo Municipal do Partido Socialista

Ponta Delgada, 29 de junho de 2018



Partido Socialista
AÇORES

1 VOTO CONTRA
Aprovação / Melhorar A
A. W. J.

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas

Por escolha do Sr. Presidente da República, professor Marcelo Rebelo de Sousa, no passado dia 10 de junho, tiveram lugar na Região Autónoma dos Açores e de forma mais particular na ilha de São Miguel e na cidade de Ponta Delgada, o essencial das comemorações da portugalidade, que no seu igual e no seu diferente, se exprime nas diversas territorialidades: a continental, a insular e as terras de acolhimento das nossas diásporas.

Estas celebrações convocaram para a nossa cidade, autoridades regionais, nacionais e até parte do corpo diplomático acreditado pelo País.

Por cá, todos fizeram o que estava ao seu alcance para que as comemorações fossem bem-sucedidas. O Governo Regional juntou os recursos disponíveis e todo o empenho necessários para que as mesmas ganhassem uma dimensão que alastrasse e fossem sentidas em todas as ilhas dos Açores e junto das nossas comunidades de emigrantes na América do Norte.

Acrescemos à receção, as nossas vontades e o natural entusiasmo que nos caracteriza como bons anfitriões.

Nesse dia, a Cidade parecia a Região, a Região parecia o País e o País parecia não ter fronteiras tamanha era Nação que se nos apresentava!

O imenso mar dos Açores fortaleceu o Portugal, Estado Unitário consagrado na Constituição.

No dia anterior, o paço municipal engalanou-se para receber Sua Excelência, o Presidente da República, com a respeitabilidade institucional que o momento exigia.

A Câmara Municipal entendeu simbolizar esta passagem do mais alto magistrado da nação pela nossa Casa Autárquica, com a entrega simbólica da "Chave da Cidade", ou melhor, da "Chave de Honra do Município" pois o seu número transmite reserva de notoriedade, ou não fosse o seu significado ficar aquém de uma mera franquia territorial, e não abrindo por isso as portas à afetividade entre governantes e governados. Os discursos trouxeram os textos e os seus próprios pretextos.

W. J.



Partido Socialista AÇORES

Nestes Dias Grandes que vivemos, as instituições públicas deram outras imagens de si; os militares encheram praças e avenidas em marchas ritmadas, o povo saiu à rua em número razoável, aplaudindo com entusiasmo o cénico que as memórias tardarão em apagar, afinal, esbatidas as distâncias e as diferenças, até parecíamos todos iguais e, até...até parecíamos simbolizados num só!

Aqui e ali comentava-se imposições protocolares, alguns dizendo mesmo que em Dias Grandes, por vezes não saímos em grande, sendo também certo que por vezes estas imposições são mal explicadas ou dão mesmo cobertura a vontades quiçá inconfessáveis?

No entanto, é lato o consenso à volta das virtudes da visita presidencial e das comemorações do dia de todos Nós.

No fim, ficamos todos satisfeitos e até com a sensação de que todos ganhamos!

Afinal, um Dia não são dias. E os dias seguintes às cerimónias trouxeram, inexoravelmente...dias seguintes...

Assim, nos termos regimentais o Grupo Municipal do PS, propõe que a Assembleia Municipal aprove este Voto, dando conhecimento do mesmo ao Sr. Presidente da República, ao Sr. Presidente da Assembleia da República, ao Sr. Primeiro-ministro, à Sra. Presidente da Assembleia Legislativa Regional e ao Sr. Presidente do Governo Regional.

Voto apresentado na Assembleia Municipal da Cidade e Concelho de Ponta Delgada, a 29 de junho do ano da Graça de 2018.

Os Deputados Municipais do Partido Socialista



Grupo Municipal do Partido Socialista na CMPD

visto, e entregue
per acta
29.6.2017
LM

Declaração

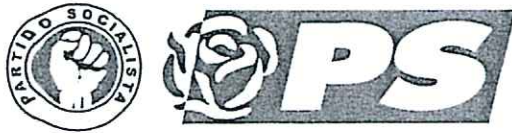
Os documentos de prestação de contas consolidada, são instrumentos que permitem avaliar o desempenho financeiro e as interligações existentes entre todas as entidades que constituem o Grupo Municipal de Ponta Delgada. Um relatório destes moldes tem algumas virtudes por permitir aferir o desempenho geral e consolidado do universo municipal, contudo esta junção permite igualmente camuflar o que menos bem ocorre em algumas entidades por via de existir diferenças significativas de resultados entre as empresas pertencentes ao Setor Empresarial Local de Ponta Delgada e ao restante universo.

Assim e após uma análise lúcida e ponderada ao documento apresentado o Grupo Municipal do Partido Socialista entende que este relatório não espelha, *per si*, a totalidade das problemáticas que afetam o Grupo Municipal, nem tão pouco reflete as dificuldades e desafios existentes. Contudo permite, cruzando o que aqui é apresentado com as prestações de contas individuais de cada entidade, aferir o impacto negativo que o setor empresarial local tem no desempenho do universo municipal de Ponta Delgada, mostrando claramente a incapacidade da maioria, neste município, em solucionar o este problema, de uma forma transversal e integrada e demonstrado de forma inequívoca a "falta de pulso" que o responsável máximo de Ponta Delgada tem na gestão das Empresas Municipais.

A análise ao documento mostra que o sector empresarial local é claramente deficitário, a Coliseu Micaelense apresenta um resultado negativo ordem dos 160 mil euros a Azores Parque um resultado negativo na ordem dos 320 mil euros, e a Cidade em Acção apresenta resultados de aproximadamente 272 mil euros negativos. Estes resultados têm impactos significativos na vida dos municípios pois obrigam sistematicamente a transferências para reequilíbrios financeiros que resultam na incapacidade de alocar estas verbas para despesas de investimento, assim é possível compreender o baixíssimo nível de execução do Plano Plurianual de investimentos da camara de Ponta Delgada.

A leitura atenta do relatório de Certificação Legal das contas do Grupo Municipal também levanta questões que permanecem inalteradas dos anos anteriores e podem ter impactos negativos nos resultados espelhados neste documento, nomeadamente quando se refere à falta de avaliação patrimonial da rubrica Produtos e trabalhos em curso, inscrita na

LM



Grupo Municipal do Partido Socialista na CMPD

Azores Parque com um valor de 7.541.037,00€ e onde não é possível aferir se existiu perdas por imparidade.

Ainda relativamente à Azores parque, continua a não estar espelhado nas contas, com os devidos reflexos no Grupo Municipal, o montante a pagar de 285.000,00€ por incumprimento de obrigações contratuais para com um cliente, os 125.473,00€ relativos ao IRC a liquidar dos anos de 2010 e 2011, ou mesmo o estabelecimento de provisões para fazer face a um processo de indemnização por danos emergentes e lucros cessantes no valor de 787.411,00€.

As situações anteriormente descritas têm um impacto significativo nos resultados finais das contas do grupo Municipal, podendo alterar de forma significativa os resultados apresentados.

Existe igualmente uma reserva relativa ao reconhecimento indevido da remuneração anual relativa à concessão e distribuição de electricidade, relativamente a 2016 e 2017, que implica uma sobreavaliação dos resultados em 802 104€ em 2016 e 402 962€ em 2017, por subavaliação do passivo nos respetivos anos, esta questão não está devidamente esclarecida e pode constituir igualmente uma distorção nos resultados apresentados.

Neste relatório, é igualmente visível um significativo esforço realizado na amortização da dívida de médio longo prazo do município, contudo verifica-se igualmente existiu uma reprogramação financeira da dívida das empresas Cidade em Acção e Coliseu Micaelense, de modo a aliviar as contas de 2016 e 2017, mas que terão um impacto muito significativo no exercício de 2018 representando um aumento de obrigação na ordem dos 2.500.000,00.

Desta forma, e considerando tudo o que acima foi exposto o Grupo Municipal do Partido Socialista lamenta que os avisos que efetuaram nos últimos anos não serviram para que a maioria no executivo camarário tomasse as devidas medidas para realizar uma auditora de gestão ao sector empresarial local e que procurasse uma solução integrada para todo o Grupo Municipal.

O que assistimos foi a um conjunto de soluções parcelares que não resolverão todo o problema, por não abrangerem todo o universo municipal, o que revela uma clara notória falta de pulso e de estratégia para o Concelho.

Grupo Municipal do Partido Socialista

